



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 24 de novembro de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Declaro aberto os trabalhos da 46ª audiência pública que a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza no ano de 2011. Está é a 12ª audiência pública temática do calendário elaborado para discutir o PL 479/11, de autoria do Executivo, que estima receita e fixa despesa no Município de São Paulo para o exercício de 2012.

Foram convidados os Srs. Secretários: Elton Santa Fé Zacarias, da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras; Dráusio Lúcio Barreto, Secretaria de Serviços; Roberto Kazushi Tamura, Superintendente do Serviço Funerário do Município.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios online.

Tem a palavra o Sr. Dráusio.

O SR. DRÁUSIO LÚCIO BARRETO – Bom dia a todos. É uma honra estar presente na audiência da Comissão de Finanças e Orçamento da douta Câmara Municipal de São Paulo.

Vereador Milton Leite, relator da Peça Orçamentária, instrumento da maior valia para gestão e administração de qualquer cidade, quanto mais uma cidade com os desafios e o porte da cidade de São Paulo, Sras. e Srs., população da Cidade que participa dessas audiências, a Secretaria de Serviços da cidade de São Paulo tem como missão legal o trabalho com a limpeza da cidade; coleta de resíduos domiciliares, da construção civil, de serviços de saúde; limpeza pública; manutenção, controle e operação de aterros e fiscalização. Na área de iluminação pública, a manutenção, ampliação e modernização do parque de iluminação da cidade de São Paulo. O serviço funerário é uma autarquia vinculada à Secretaria de Serviços. Por convênio com o Estado de São Paulo, o suprimento do Corpo de Bombeiros, pelo prazo de 30 anos na cidade de São Paulo, deve criar os meios necessários para o bom trabalho do Corpo de Bombeiros Metropolitano.

É esse conjunto de atividade que é apresentado no Projeto de Orçamento da

cidade de São Paulo para a área de Serviços Públicos que viemos apresentar aos senhores.

O Orçamento previsto para o Departamento de Iluminação Pública no Orçamento da cidade de São Paulo é do valor de 250 milhões de reais, em números redondos, para que seja feita a manutenção de um parque de iluminação que tem 506 mil pontos de luz e 560 mil lâmpadas na Cidade. Temos, aproximadamente, 17 mil quilômetros de vias públicas, nos quais temos de fazer esse trabalho de manutenção.

A cidade de São Paulo tem, para o próximo ano, um projeto de implantação e instalação de 15 mil pontos de luz, a remodelação e modernização desse nosso parque, visto que é antigo e, portanto, precisa passar pelos impactos da tecnologia, positivos.

Limpurb tem um orçamento previsto da ordem de 1,240 bilhões de reais, para fazer frente a dois grandes grupos de despesa, especialmente, A concessão da coleta de lixo na cidade de São Paulo. No ano que vem, estaremos no 8º ano de uma concessão de 20 anos. O montante aproximado de dispêndio para a concessão do lixo é da ordem de 700 milhões de reais, para um gasto mensal da ordem de R\$ 58.310.000. É o dispêndio mensal que a Cidade tem com a concessão do serviço a duas concessionárias: EcoUrbis e Loga, num orçamento global de R\$ 699.720.000.

Para os serviços de limpeza, a Cidade, hoje, gasta 38 milhões de reais por mês, com cinco contratos, que estão prestes a se encerrar. No próximo ano, a partir de dezembro deste ano, iniciaremos um novo modelo de limpeza da Cidade, no qual o investimento que será feito, o gasto empenhado nesse modelo, será da ordem de 720 milhões de reais. Temos na nossa previsão orçamentária, no modelo que a Cidade tem em vigor, uma despesa de 38 milhões por mês, o que nos remete a quase 460 milhões de reais para o orçamento da limpeza.

Com o Corpo de Bombeiros, a previsão de gasto da Cidade é de R\$28.600.000, sendo, aproximadamente, 3 milhões de reais para gastos com reformas, instalações dos prédios do Corpo de Bombeiros e 25 milhões para equipamentos.

O orçamento para o serviço funerário, mais adiante será detalhado pelo Dr. Roberto Tamura, Superintendente do Serviço Funerário, é da ordem de 120 milhões de reais, o mesmo valor previsto de arrecadação do próprio serviço funerário.

Então, Sr. Presidente, seguindo aqui a dinâmica que na reunião do ano passado V.Exa. nos orientou, esses são os grandes números da Secretaria de Serviços, que importam no montante global de 1 bilhão 666 milhões 465 mil reais, e reservp aqui toda da Secretaria de Serviços, de Limpurb e de Ilume para as perguntas e esclarecimentos necessários, os quais estamos prontos a prestar.

Sinteticamente, Sr. Presidente, era isso que eu queria dizer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, esse ano nós tivemos uma greve no serviço funerário que incomodou bastante a Cidade, pois causou transtornos à população. Pergunto: como ficou a questão salarial, a reposição salarial para a categoria?

Estamos praticamente com os mesmos valores orçados em 2011 e 2012. Não tivemos variação nenhuma. Em números absolutos, não tivemos variação nenhuma do orçamento 2011/2012 para serviço funerário. As respostas pertinentes ao serviço funerário, são poucos números, o Tamura ou o senhor, aquele que entender por melhor, pode responder. Preocupou muito à Cidade esse desconforto causado. Foi um constrangimento para muitas pessoas em uma das piores horas. Indago de V.Exa o seguinte: esses valores orçados de 119 milhões 640 da proposta de 2012, contra o orçado de 2011, de 116,200 – é verdade que foi atualizado para 133 o orçamento até outubro, mas o empenhado efetivo até outubro foi só 110. Temos a impressão de um aumento em função da redução. Preconiza uma redução no orçamento e depois vem um aumento em cima daquilo que foi reduzido. Se considerar que em 2010 o empenhado foi de 98 milhões, nós não estamos pagando, efetivamente, nem a inflação até hoje. Agora estamos falando de 2012. Como fica a questão da reposição salarial dessa categoria e se isso está acordado com o sindicato. Como está a situação, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, a primeira questão relevante é reafirmar o

respeito a todos os servidores que prestam trabalho na superintendência do serviço funerário da cidade de São Paulo.

A questão da greve que atingiu a cidade este ano foi dramática, muito séria. Nós tivemos duas paralisações no serviço funerário. Como estamos em uma Casa de Leis, é importante todos saberem que as leis devem ser cumpridas, tanto pelo Governo quanto pelos seus servidores, pela sociedade civil. Não existe distinção para o cumprimento de lei. A importância do trabalho realizado no serviço funerário e pelos seus funcionários classifica a atividade desenvolvida como essencial, Sr. Presidente. Paralisações como a que a Cidade sofreu, infelizmente, acabaram tendo do Judiciário... – e era o meio que a Cidade tinha, e a nossa responsabilidade de posicionar essa greve como ilegal. Apelamos o tempo todo para que houvesse a compreensão...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, permita-me um aparte. Não estou discutindo o caráter legal da greve. Acho que essa greve não deveria existir, mas isso não resolve o problema da questão salarial.

O SR. SECRETÁRIO – Em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não fazer a greve é uma questão. Esse é um problema que temos em uma ponta. Acho que não deve haver a greve. Mas isso não resolve a questão salarial. A greve é ilegal, está tudo certo, o Judiciário resolveu. Mas não adianta baixar a marreta e resolver que os funcionários do serviço funerário têm de trabalhar. A remuneração deles continua, pela previsão orçamentária, meio complicada. Não estou vendo o senhor dar aumento.

...o senhor dá aumento, não sei como vamos buscar. Por que estou dizendo isso? Agora, se tivermos de construir uma solução financeira para socorrer é agora. Senão, o senhor vai ficar correndo o chapéu para o Rubens Chammas, para o Mauro Ricardo, vai para o Prefeito, volta e quem paga é lá na ponta. A oportunidade pública de fazermos um debate transparente é até para socorrermos o senhor. Faltando dinheiro vamos lá e dizemos que teve

um secretário que chegou e falou que estão faltando 85 milhões aqui para conseguir virar. Estou debatendo com o Governo para repor. Não vou deixar a pasta sem. Se o senhor disser para mim que este dinheiro está resolvido dou por encerrado. Serei bem claro. Minha disposição é socorrê-los e ajudá-los. Se o senhor disser para mim que está em ordem, que dá para cobrir o salário e adito mais à minha pergunta: no orçamento da 8852, Serviço Funerário, nós vimos que o orçamento para ornamentação, controle de câmaras mortuárias e artigos religiosos. Em 2011 temos 25.985.000. Para 2012 tenho 25.680.000, menos 1%. Não tem especialidade nenhuma nessa matéria. Todavia, Secretário, há uma redução considerando que há uma inflação, há uma perda ou um aumento de eficiência nesse item, ou precisamos de mais dinheiro. Não estamos criticando o senhor. Estamos discutindo. Vou fazer algumas perguntas para o senhor. O orçamento enviado para Seplam do senhor é esse ou foi maior?

O SR. SECRETÁRIO – Para o Serviço Funerário? É esse.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E o senhor enviou para a Secretaria de Planejamento. É isso?

O SR. SECRETÁRIO – É esse o montante porque é superavitário. O que ele arrecada ele gasta. Esta é a visão, digamos assim, da área do planejamento e da área das finanças da Prefeitura. Então, esses 119.640.000 reais é a previsão de receita do Serviço Funerário. Com isso é o montante que o Serviço Funerário tem à sua disposição para seus gastos, investimentos e custeio.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Não era essa a pergunta, Secretário. Pergunto: é o suficiente para fazer frente às despesas em 2012 com incremento de salários? Vamos generalizar a rubrica, para não ficar falando item aqui do setor de transporte, fabricação de caixão, estão na área de superávit, pergunto: esses 119 pagam a conta, não é o que o senhor tem à disposição. À disposição é uma coisa, posso ter à disposição 50 e não paga a conta e eu continuo devendo. Tem 120, para arredondar a conta, porque o senhor está reduzindo. Tem item que o senhor está reduzindo. É verdade? Transportes fúnebres, o senhor

está reduzindo 2%. A gasolina abaixou, diminuiu o carro, o que está acontecendo? Por isso estou perguntando: É suficiente? Minha dúvida é só se o dinheiro dá.

O SR. SECRETÁRIO – Vereador Milton Leite, se tivermos mais recursos, evidentemente serve para qualquer área da Administração, poderemos fazer investimentos mais substantivos. A verdade é que dentro da lógica do orçamento montado pela Secretaria do Planejamento o Serviço Funerário tem à sua disposição aquilo que ele arrecada durante o ano. A Secretaria das Finanças não socorre financeiramente o Serviço Funerário. Essa é a lógica da montagem do orçamento. Evidentemente o senhor é um homem experiente e conhece esta cidade muito bem e sabe que os 22 cemitérios da cidade de São Paulo precisam permanentemente de melhorias, investimentos. Temos um plano de reforma dos velórios, temos um plano de asfaltamento das vias internas de alguns cemitérios importantes da cidade. Temos as reformas de nosso crematório e temos a revalorização do quadro de pessoal do serviço funerário. A comissão de política salarial da Prefeitura que fixa diretrizes para todas as áreas da Administração Pública tem a obrigação e o dever de apresentar a nós e aos servidores do Serviço Funerário um plano que resgate a dignidade que restabeleça aquilo que os servidores merecem. É verdade que este orçamento tem essa visão que estou dizendo ao senhor de estar amarrado àquilo que o Serviço Funerário tem de previsão de arrecadação. Qualquer despesa excepcional que for criada evidentemente desorganiza a previsão nossa de receita e gasto no Serviço Funerário, mas estaria contemplado, não é isso, Tamura, dentro deste orçamento, reposição salarial dentro das regras fixadas pela comissão de política salarial da Prefeitura.

Gostaria que o Tamura nos esclarecesse um pouquinho melhor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Eu prefiro que ele fale. Sei que é um homem dedicado. Melhorou o serviço de atendimento da cidade. Nossa preocupação é que se esse dinheiro , os 119, quando o senhor enviou para a Secretaria de Planejamento, primeiro, foram os 119.640.000 reais ou não?

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA - Foram os 119.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, não precisa mais de dinheiro.

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA – Não é que não precisa de mais dinheiro.

O Serviço Funerário é autossuficiente. Toda a sua arrecadação, pegamos a movimentação dos últimos seis meses, a comissão que foi instituída pela Secretaria de Planejamento para que constituíssemos uma comissão para fazer a proposta orçamentária. Pegaram o resultado de outros seis meses de nossas despesas e receitas e planejamos o Orçamento para 2012 sobre o resultado desses últimos seis meses. V.Exa. sabe também que a questão salarial, nosso quadro de funcionários está vinculado ao quadro geral da política salarial da Prefeitura. Então, não depende da vontade de nosso secretário e também da autarquia porque não temos independência para dar aumento salarial. O que temos feito...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vem aqui o Secretário da Educação e dou um dinheiro para a Educação, a maior. Sou favorável. O sindicato vem aqui e grita. Está faltando dinheiro na minha pasta para aumento. Eles fazem a mesma afirmação que a sua. Depende da Administração Geral, de cada pasta. A minha pergunta é bem simples. A cidade não pode incorrer, ainda que a greve seja ilegal, não adianta deslocarmos os funcionários e não termos uma remuneração justa. É isso. São duas coisas. Não adianta falar: vai trabalhar, e baixar o martelo neles e trabalhar na marra. O juiz vai lá e diz: a greve é ilegal. Também acho que é ilegal, pela necessidade.

O SR. SECRETÁRIO – Não tem saída, infelizmente. Quando alguém falece precisa ser sepultado. Esta é a ilegalidade da greve. De modo que a questão salarial é sempre presente. Compreendemos a reivindicação. O que não podemos tolerar é movimento grevista em serviço essencial. A população não pode ficar à mercê dessa situação. De outro lado não podemos, e não fazemos isso nunca, de deixar o servidor do Serviço Funerário sem esta possibilidade de melhoria salarial. V.Exa. compreende que existe um regramento na Prefeitura. que passa por essas comissões, de política salarial.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu compreendo. Deixa eu fazer uma pergunta para o Tamura. Com relação aos mesmos serviços prestados pela Prefeitura de Diadema, São Bernardo, Santo André, São Caetano, seria compatível com a Prefeitura de São Paulo? O pessoal que faz o serviço de sepultamento, transporte, o nosso salário como está em relação a eles?

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA – Em relação às autarquias, está compatível com a de Campinas...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Maior ou menor?

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA – É igual. Está dentro do mesmo padrão. Todo servidor que participa de curso, de dois em dois anos, ele tem direito a uma gratificação em função dos cursos. Então, o mecanismo que temos adotado para tentar ajudar os trabalhadores é realizar cursos para dar pontuação para que isso possa melhorar e incorporar aos salários deles. A reivindicação também. Só neste ano nós fizemos oito cursos. Isso vai pontuando para, futuramente, melhorar um pouco o salário do trabalhador.

A gratificação por atividade também foi um dos motivos da reivindicação da categoria. O Governo encaminhou a esta Casa e foi aprovada a gratificação por atividade aos servidores. Há que se reconhecer que o Governo tem sensibilidade, reconhece e, no que é possível, tem feito em relação ao salário dos trabalhadores.

Não só nesse aspecto, nós criamos alguns programas, reconhecendo a dificuldade, especialmente, dos nossos trabalhadores do Serviço Funerário e entendemos que eles são trabalhadores especiais, principalmente os sepultadores e motoristas. Realizamos cursos junto à USP sobre a morte para qualificar esses trabalhadores. Criamos o projeto Acolher, porque tínhamos um número excessivo de trabalhadores envolvidos com alcoolismo e com drogas lícitas e ilícitas. Nós reconhecemos que em função da sua atividade, muitas vezes, esses trabalhadores acabam caindo na droga e para ter uma atitude proativa, a pedido do nosso Secretário, nós criamos esses projetos para tentar recuperar esses trabalhadores e não só

aplicar uma ação punitiva. Então, houve muitas ações. A CIPA está sendo respeitada e incentivada pela autarquia. Nós tivemos cursos de liderança, gestão de resíduos, psicologia sobre a morte junto à USP, sobre concessões, - que é um trabalho nosso - enfim, tudo isso vai contando ponto para os trabalhadores que participam e vão se qualificando.

Se observarmos na proposta orçamentária do ano que vem, solicitamos recursos para implantar o sistema de qualidade dentro do Serviço Funerário da cidade de São Paulo. O Serviço Funerário da cidade de São Paulo tem que procurar o Iso 9000, ele tem a sua responsabilidade ambiental, temos de buscar o Iso 14000, tanto que já foi aprovado e estamos implantando o EVA, Estudo de Viabilidade Ambiental, tudo isso em função do interesse da saúde do nosso trabalhador.

Claro, entendemos que a questão salarial é fundamental, mas, por outro lado, estamos agindo de forma para melhorar as condições de trabalho dos nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A população pode ficar tranquila, então, com o Serviço Funerário em 2012?

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA – Em que sentido o senhor está perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Todos. Ela vai ser bem atendida.

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A população pode ficar tranquila?

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA – Sim, estamos trabalhando para isso, tanto que estamos propondo criar, - se o senhor observar na Peça Orçamentária – o processo de qualificação. Imagine se pudermos participar do Prêmio Paulista de Qualidade. Fizemos várias reuniões com os trabalhadores, coisa que não existia antes, assim como assembleia, discussão, ouvir esse pessoal. E nasceu um conceito. Somos a maior empresa funerária do mundo. Aprendi com um trabalhador do serviço funerário numa dessas reuniões que não basta ser a maior, nós temos que ser a melhor. Para isso estamos, na Peça Orçamentária, propondo

uma verba para podermos entrar no programa de qualidade. Tudo isso vem ao encontro da reivindicação para o aumento de salário para os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Depois, falarei com o senhor em particular. Quero ver se o senhor vai precisar mesmo de aumento. Os Secretários e os Presidentes de Companhia, Sr. Tamura, quando vem aqui, não é o caso da pasta do lixo, mas do Serviço Funerário, ninguém gosta de falar que precisa de dinheiro. Por telefone dizem que precisam de um pouco mais. Depois o senhor me explica se dá ou não para cobrir. A minha preocupação é que se for preciso colocar mais dez milhões, vamos lá e colocamos. Vamos buscar esse dinheiro. O que não pode é a população correr um risco. Nós temos a oportunidade agora, o que não posso é depois ficar aqui com alguém reclamando. Eu não tenho outro meio de debate, porque o senhor disse que não precisava. Como vou fazer depois? Estou querendo dar porque sou bonzinho?

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA – Não, Sr. Presidente. O valor em relação à Folha é com base nos últimos seis meses. Caso a Área Econômica do Governo resolva dar o aumento aos servidores, eu posso afiançar que o Serviço Funerário da cidade de São Paulo tem como buscar recursos dentro do seu próprio Orçamento para cobrir.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está resolvida a questão.

O SR. SECRETÁRIO - Sei que isso não é brincadeira, - mas só para descontrair um pouco – nós gostaríamos de não ter Orçamento próprio para isso, porque a receita vem dos sepultamentos. Se morressem menos paulistanos, baixariam as nossas receitas e, aí sim, precisaríamos do suprimento imediato de V.Exa. e de outros Vereadores preocupados com o Serviço Funerário. Mas o Serviço Funerário tem tido receita por conta de um número de sepultamentos elevados na Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não sou eu que estou preocupado. Num momento difícil do povo, temos de ter os menores constrangimentos, já basta quando tem de passar pelo IML. A hora do sepultamento é um momento difícil. Vou externar um caso. Não

gostaria de contar isso aqui, mas estive no cemitério de Perus para sepultar um amigo e eu tive de carregar o caixão. Depois tive que pagar para colocar florzinha em cima. Acabou de sepultar, apareceu um sujeito com uma roupa verde e falou: Olha, são 250 para por a plaquinha. Eu estou com a nota do serviço. Eu tive que baixar o caixão. Enchi meu pé de terra, mas não reclamo disso porque era um amigo. Mas tive de fazer isso. Por isso, estou discutindo isso com os senhores.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Isso não pode, mas fui eu.

O SR. SECRETÁRIO - Mas está errado isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu estou perguntando se está faltando dinheiro e, no cemitério, me falaram que eu tinha que pagar. Eu fui baixar caixão. Eu não tenho nenhum problema com isso porque era um amigo. Eu não gosto de colocar coisas pessoais, mas eu estava lá como cidadão. Eu não me identifiquei como Vereador, estava lá como cidadão. O cidadão não pode fazer isso, até porque não é especializado nesse serviço. Eu não tenho nenhum problema com relação a isso, se precisar, vou lá e faço. Não tenho nenhuma dificuldade, Sr. Tamura. Agora, o senhor diz aqui que está faltando dinheiro. É revoltante!

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA – O que pode ter acontecido e temos recebido reclamações, não é de todo, quero deixar bem claro para não ser mal interpretado, muitas vezes, podemos encontrar os chamados enxadinhas dentro do cemitério. São pessoas que vão prestar serviço...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu disse para o senhor o que eu tive de fazer. Liguei para reclamar com o Administrador do cemitério e ele me agradeceu. Sr. Tamura, com todo respeito, não estou comentando casos de outros. É revoltante, porque o senhor está dizendo que não precisa de dinheiro. Desculpe falar, mas estou aqui furioso porque tive que fazer isso. Eu não fui me identificar, mostrar cartão ou carteirinha para o sujeito correr e o sujeito ficar puxando... Eu não quero isso. Por que falo das horas difíceis. O cidadão tem que

ser atendido como cidadão e bem. Isso não pode acontecer, é muito difícil. Era uma família simples. Agora, não pode passar esse constrangimento.

O SR. ROBERTO KAZUSHI TAMURA – É por isso que o nosso Prefeito e um Secretário nos autorizaram a contratar mais motoristas e sepultadores. É uma reivindicação antiga que vem da categoria. E, realmente, temos um número inferior de sepultadores, como de motoristas, eles estavam fazendo horas extras e exigindo demais.

Levei esse fato ao nosso Secretário e contratamos em caráter de emergência. Estamos já com uma comissão para fazer concurso público para sepultadores e motoristas para evitar esse constrangimento que V.Exa. passou.

Mais do que isso, sabendo que, muitas vezes, a população tem seus problemas e não encontra um mecanismo para levar esse fato – como V.Exa. fez - ...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Com todo respeito, eu perguntei para o senhor, pois é o senhor que cuida disso, não é o Secretário, o senhor tem autonomia, mas elegemos o Prefeito para prestar um serviço para a população. O senhor está dizendo para ficarmos tranquilos e eu estou dizendo que não vai ficar.

Gostaria de conversar consigo em particular e não externar, mas não tenho outro meio de deixar mais claro, pois não foi um terceiro e, sim, este que vos fala. O senhor diz para ficar tranquilo, mas agora começa a dizer que falta sepultador, que estão fazendo horas extras demais, quer dizer, está colocando as feridas de fora. Não é assim.

O SR. ROBERTO KASUSHI TAMURA - Sr. Presidente, recentemente fizemos a contratação em caráter de emergência de sepultadores e motoristas, justamente para tentar amenizar esses constrangimentos que as pessoas estavam passando.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor está usando a palavra amenizar porque, continua?

O SR. ROBERTO KASUSHI TAMURA - Não, mais do que isso, o que estamos fazendo? Implantamos dentro do serviço funerário o serviço de pós atendimento aos cidadãos.

Pegamos alguns contratos e ligamos para as famílias que foram atendidas para perguntar se houve algum tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor está falando em ISO 9000, de qualificação, o senhor falou em atestado de certificação.

Tenho um respeito enorme pela Administração, mas devo dizer que isso aconteceu comigo. Eu fui lá para sepultar, saí com o pé cheio de terra, pois eu não sou especializado em sepultar, mas eu fui lá e não me identifiquei, até não me identifico, muitas vezes, para ver o que está errado no serviço público.

Agora, o senhor está dizendo que precisa de mais gente, que o pessoal está com hora extra demais, que está fazendo concurso de emergência para amenizar o sofrimento. Então, há o problema, ele procede.

A nossa revolta é para atenuar, mas em resolver. O senhor não pode falar em certificação. O senhor tem o problema na ponta dos serviços. Aí eu lhe perguntei se o Orçamento está bom, o senhor disse que está?!

Desculpe-me o desabafo. Não tenho me pautado por essa condução nas audiências públicas. Estou aqui para discutir o Orçamento, mas é oportuno e esperei tanto, porque gostaria que o senhor ou o Secretário fossem lá sepultar, enchessem o pé de terra e não se identificassem. Daí, o senhor veria como é constrangedor, até porque não somos especializados nisso.

Aproveito para registrar a presença dos nobres Vereadores Donato, Gilson Barreto e Zelão. Se quiserem tomar assento à Mesa, são bem vindos.

O SR. DONATO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Vereador Donato.

O SR. DONATO – Bom dia a todos, bom dia Sr. Presidente.

Já falei em particular com V.Exa. que às 11h presido a CPI da Eletropaulo e há dois depoimentos hoje.

Sei que é prerrogativa do Relator fazer as primeiras perguntas, mas em função que sairei às 11h, peço-lhe a gentileza de me inscrever agora para fazer algumas perguntas para o Secretário e, em seguida, devolveria a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – V.Exa. é membro da Comissão de Finanças e Orçamento, e como preside a CPI, e em deferência a V.Exa., embora eu tenha outras perguntas sobre a questão do lixo, mas, antes, se me permite, devo dizer que não estou satisfeito quando o senhor fala que tem ISO 9000 quando estou sepultando gente e enchendo meu pé de terra. Eu sepultando. Quando termino de fazer um sepultamento, o sujeito vem lá e diz: “Para botar uma plaquinha e acabar de arrumar é mais de 250”. E isso uniformizado e autorizado. É duro.

Não fui me identificar como Vereador. Fiquei quieto. Perdi um amigo. Ligo depois para reclamar e me dizem: “Isso não ocorre aqui”. Não fui perturbar o senhor, mas liguei para o administrador, que, por sua vez, falou: “Ah, o senhor é Vereador, teria feito para o senhor”. Não quero que faça para mim, e, sim, para a população. Não quero isso.

Passarei a palavra para o Vereador Donato que tem outro compromisso e, em seguida, passo às pessoas que se inscreveram, mas registre-se que não gostei.

E, o senhor está dizendo que o Orçamento dá, tomara, Oxalá seja suficiente. Mas, pessoalmente, não estou satisfeito. Não sei se só ocorreu lá, se o senhor foi um azarado, com aquele cemitério, no momento em que estive. Até hoje estou indignado.

Então o senhor vá lá ver o que aconteceu. E eu liguei lá para reclamar.

Nobre Vereador Donato, tenho diversas perguntas na Pasta do Lixo, todavia, como V.Exa. deve se dirigir à reunião da CPI, apesar do nosso tempo curto, libero a palavra a V.Exa., mas o debate estava na Pasta do Funerário, e o Dr. Dráusio fez já a exposição inicial e creio que V.Exa. viu pelo circuito interno.

Passo a palavra, em seguida retomo, registrando ainda, aos membros e não membros da comissão, que estamos organizados da seguinte forma: o Relator formula as

questões e, em seguida, o povo inscrito se pronuncia e, após, os Srs. Vereadores poderão se inscrever para fazer o debate.

O objeto da audiência pública é o Relator explicitar suas preocupações, por escrito, em relação ao Orçamento e escutar a população. Vamos escutar o povo.

Peço desculpas se fui incisivo com o senhor, Sr. Tamura. A notícia que tenho é que o senhor é honesto e trabalho, mas há falhas. Que fique registrado isso.

Digamos que eu trabalhe medianamente informado em quaisquer governos. A informação que tenho é que o senhor é trabalhador e honesto, porém, repito, há falhas. É isso que gostaria de deixar registrado publicamente.

Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Obrigado Vereador Milton Leite. Bom dia, Sr. Secretário.

Serei bastante objetivo em relação às questões do Orçamento e do Plano de Metas.

Temos várias metas que dizem respeito à Secretaria de Serviços e é sobre elas que falarei.

A primeira é 80, que dispõe sobre a implantação de mil postos de coleta voluntária de material reciclável. Existia, no ano passado, uma dotação de 1 milhão de reais que não teve nenhum centavo empenhado até hoje. E, para 2012, voltamos a ter a proposta de 1 milhão de reais.

O senhor pode nos informar porque não foi realizado nada e qual a perspectiva para esse ano?

O SR. DRÁUSIO LUCIO BARRETO – Pois não, Vereador. Esse assunto, felizmente, para 2012, temos esse assunto resolvido e não onerará nosso Orçamento.

O novo modelo de limpeza da Cidade de São Paulo contempla obrigação das empresas, ou consórcios que se sagrassem vencedores, implantar 1,5 mil pontos de entrega voluntária – os chamados PEVs -, 750 pontos naquilo que é chamado agrupamento noroeste e

outros 750 pontos que serão destinados ao chamado agrupamento sudeste.

Em poucos meses temos a expectativa de, não mil, mas 1,5 mil Pontos de Entrega Voluntária para coleta seletiva estejam em funcionamento da nossa cidade.

O SR. DONATO – Então não tem sentido ter 1 milhão na dotação, pois se já está...

O SR. DRÁUSIO LUCIO BARRETO - Não há necessidade efetivamente, Vereador, porque mandamos nossa proposta, a licitação não estava concluída, tínhamos um modelo a ser discutido com a Cidade, um modelo a ser debatido em audiência pública, e esse modelo, felizmente, foi concluído e os PEVs estão contemplados nessa nova contratação da Cidade.

O SR. DONATO – O Relator, então, já tem 1 milhão disponível para outras...

- Manifestação fora do microfone.

R - Agradecemos, Vereador.

P – A meta 77 diz respeito à implantação de ecopontos. Aprovamos o Orçamento de 2 milhões de reais. Foi atualizado para 2.056 milhões, mas até o momento só foram empenhados 697 mil reais. Para o ano que vem temos mais 2 milhões.

Qual a situação, quantos ecopontos foram implantados e essa meta será atingida, ou não? A meta diz respeito a 61 novos ecopontos.

R - Até o final deste ano estaremos com 50 ecopontos em funcionamento, não é isso Coronel Mateus? (Pausa). Teremos 50 ecopontos em funcionamento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DRÁUSIO LUCIO BARRETO - Desculpe? Mas quantos estão em obras, já? (Pausa). São 9 em obras, e temos a possibilidade de ultrapassar uns 61, dentro das nossas já disponibilidade de áreas, de processos já licitados e outros já em construção.

Às vezes, a maior dificuldade que temos, Vereador, é na identificação da área adequada para implantação de ecoponto. Nem sempre, infelizmente - e digo infelizmente para nós - os locais que poderíamos já estar colocando o ecoponto o zoneamento municipal permite essa implantação. Temos essas limitações, o que acaba dificultando um pouco mais a

agilidade.

A questão dos ecopontos não é orçamentária. É mais uma dificuldade de localização, de identificação de área apropriada, no tamanho certo. Não precisa ser muito grande, mas também não podem ser áreas pequenas, porque os caminhões que levam as caçambas, precisam de espaço para manobrar dentro dessas localidades no sentido de retirar o material ali depositado, além de devolver caçambas já vazias para serem entregues à população que levará o material.

Mas temos a expectativa de que até – em pouco tempo – 80 ecopontos estejam funcionando na Cidade de São Paulo.

Agora, já estamos com 50 e festejamos esse número, apesar de ser aquém da meta.

O SR. DONATO - Mas serão necessários esses recursos, de 2 milhões de reais.

R - Sem dúvida, Vereador. Esse é um número necessário.

P – O senhor pode me explicar como funciona a operação e a implantação, ou seja a construção do espaço é recurso do Tesouro, e a operação?

R – A operação também é recurso nosso, é tudo feito pela Prefeitura.

P – Mas está no contrato de quem? Da varrição ou da concessão?

R – De nenhum dos dois. A operação não. São empresas contratadas de transporte para levar essas caçambas para os aterros que a Prefeitura tem.

No novo modelo de limpeza da Cidade, a identificação e a construção é obrigação da Prefeitura. A operação e funcionamento dos ecopontos passará a funcionar 7 dias por semana – hoje funciona apenas 5 dias na maioria das localidades -, das 6h às 22h. E esta operação será obrigação da empresa contratada pela Cidade.

Ainda hoje, no modelo atual, não, a obrigação é nossa, nós é que fazemos essa operação e o destino desse material para os aterros.

P – Quando à meta 79 de novas 9 centrais de triagem, qual a situação atual?

R – Ainda na data de ontem, eu assinava os pedidos de declaração de utilidade pública para 8 imóveis da Cidade de São Paulo. De novo, temos problemas na obtenção de terrenos para fazer essas centrais, lembrando que acabamos de entregar uma no Butantã, vamos entregar uma na Lapa nos próximos dias, essa que dependíamos de uma vistoria do Corpo de Bombeiros, mas que já foi realizada e já estão nos liberando até para seu funcionamento – fica na Marginal do Tietê, aliás a primeira com recursos do PAC, do Ministério das Cidades. Então, assinando os pedidos, poderemos desapropriar 8 imóveis, e assim, poderemos atender, urgentemente, a construção de 9 centrais de triagem.

De novo, Vereadores, gostaria de registrar que o limitador para o tema sempre é o local em que deve ser implantado, nem sempre o zoneamento nos permite. Não é problema de dinheiro. Temos dificuldade de local para a construção e às vezes até mesmo a locação, quando não conseguimos construir vamos alugar para as centrais de triagem, para as cooperativas e às vezes esbarramos em limitações, mas a questão é orçamentária. Agora estamos animados com a perspectiva de termos imóveis para a construção das centrais de triagem.

O SR. DONATO – As duas últimas perguntas. Uma diz respeito que discutimos em nossa CPI, a Ilume. Existe uma meta ambiciosa de troca de 260 mil lâmpadas de mercúrio por lâmpadas de sódio. Essa meta será atingida?

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Vamos perseguir a meta. Nós temos agora, a cidade de São Paulo tem agora instrumento para fazer isso. Conseguimos concluir a licitação do novo contrato para manutenção, “eficientização”, modernização e ampliação da rede de iluminação pública da cidade de São Paulo. Esse já é um ponto em que temos a intenção de neste ano que estamos de fazer a modernização de quantos pontos? A nossa meta primeira é fazer a modernização de 79 mil pontos de iluminação, em números redondos, e 15 mil novos pontos já cadastrados há anos na cidade que não conseguimos atender porque não tínhamos contrato para realizar, como em praças públicas, ruas que foram asfaltadas e

que estavam sem iluminação. Temos ai para 2012 uma meta grande de que a iluminação da cidade seja mais eficiente, mais confortável para a população.

O SR. DONATO – Secretário, me chama a atenção na dotação Concessão de Serviços Divisíveis da Limpeza Urbana. Aprovamos ano passado um Orçamento de 612 milhões de reais. Esse Orçamento foi atualizado para 782 milhões de reais. Porém, ano que vem o Orçamento proposto é de 699 milhões de reais, sendo que acompanhamos pela Imprensa notícias de que existiram novos serviços, existia a discussão da revisão a cada cinco anos, parece-me que a revisão contratual é mais. Por que vai diminuir o Orçamento para o serviço de concessão sendo que este ano estão previstos 782 milhões e estamos aqui com 700 milhões de reais, ou seja, 82 milhões a menos?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aproveito para aditar a pergunta do Vereador Donato. Que motivo levou à majoração de 612 milhões previstos e em outubro o senhor atualizou para 782 milhões? O que causou esse aumento de 71 milhões, Secretário? E estamos voltando para 712 milhões, o Orçado para 2009 são 700 milhões, ou seja, de qualquer maneira em 2011 estamos gastando cerca de 80 milhões a mais do que gastaremos em 2011 e gastaremos mais do que 2012. Por que houve esse gasto a maior?

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Efetivamente, não houve o gasto, o Vereador Donato registra com absoluta propriedade. Há uma questão contratual de que a cada cinco anos a concessão tem que sofrer processo de reequilíbrio econômico financeiro. Esse marco se deflagrou em outubro de 2009 e foi contratado em 2010 a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, para fazer estudos do reequilíbrio econômico financeiro. Esse trabalho envolve a Secretaria de Serviços através de Limpurb, ambas as concessionárias EcoUrbis e Loga. Tínhamos a expectativa que não está desaparecida de que o assunto possa ser, este ano encerrado. A FIPE não nos entregou seus estudos, não temos a conclusão. Por isso na peça orçamentária de 2012 houve a redução. Não estaríamos contemplando o reequilíbrio visto que acreditamos quando mandamos a proposta, acreditávamos e estamos

ainda acreditando, que o assunto possa ser resolvido em 2011 e, portanto, desapareceria do Orçamento de 2012 visto que existem parcelas atrasadas a serem pagas e estimadas pela Secretaria, que acabou gerando a suplementação no começo deste ano do Orçamento da Secretaria de Serviços. Essa é a explicação, Vereador Donato, do retorno aos patamares da mensalidade ordinária que a Loga e EcoUrbis recebem da cidade de São Paulo. São 58, 59 milhões por mês, ambas as concessionárias.

O SR. DONATO – Agradeço a gentileza do Vereador Milton Leite. Lamentavelmente, vou ter de me retirar, não poderei acompanhar o Secretário Elton – Siurb, tenho várias questões. Mas espero que o relator e outros membros da Casa façam as perguntas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, faremos as perguntas que temos o dever de fazer.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – E eu o dever de responder.

P – O jornal *Folha de S. Paulo*, os jornalistas estão dizendo que os atestados apresentados para as firmas, o novo contrato, o novo modelo que o senhor está assinando são falsos. Foi apresentado requerimento na Comissão de Finanças pelo Vereador Donato, votamos favorável para que prestasse informação dando conta da documentação apresentada era falsa. Melhor olhando o site da Prefeitura de Itanhaém, que foi mencionado no caso, olhamos, o que está no site é falso, o que está no documento é falso, o que é falso o que é verdadeiro? Ou não há ilegalidade no processo.

R – Vereador Milton Leite, tomamos conhecimento da alegação de falsidade de uso de atestado através da reportagem da *Folha de S. Paulo*, na mesma manhã em que o jornal circulou o que devíamos fazer foi feito. Expedimos ofício a ambas as Prefeituras consultando primeiro se o documento juntado na proposta tinha sido expedido pelas Prefeituras, se era de emissão das Prefeituras. Segundo, se o conteúdo do documento corresponde à realidade, se os serviços indicados como o atestado apresentado era correto. Expedimos isso na mesma

manhã das Prefeituras. Ao que me consta, não recebemos resposta, acho que ainda não. De modo que o que devíamos fazer estamos fazendo. As cautelas obrigatórias estão sendo tomadas a partir do momento que tomamos conhecimento. V.Exa. pela experiência que tem há de imaginar, pela experiência que tem, que uma licitação dessa envergadura, desse porte e desse tamanho, com a quantidade de serviços que a cidade optou depois de dois anos de estudo realizar desse novo modelo de limpeza, visto que o que hoje aqui está prestou serviço adequado à cidade, mas esse modelo está ultrapassado.

P – Sou defensor desse novo modelo que o senhor apresenta.

R – Obrigado, fico feliz.

P – Acreditamos no trabalho do senhor, Secretário. Queremos que as providências sejam tomadas.

R – Estamos tomando todas as providências necessárias. V.Exa. sabe que existe uma guerra entre empresas que colocam a cidade de São Paulo como cenário da guerra. Estamos tentando proteger os interesses da população, da cidade de São Paulo dos interesses comerciais que são legítimos, desde que não use ou atrapalhe a cidade de São Paulo com as disputas comerciais que existem. Essa informação é muito importante, a que o jornal *Folha de S. Paulo* trouxe. Evidentemente, no momento em que tomamos conhecimento, reafirmo a V.Exa. as providências que estamos obrigados a tomar, tomamos, consultamos as prefeituras. Mas estava dizendo a V.Exa. são centenas de documentos juntados como prova e demonstrativo de capacidade técnica de empresas ou consórcios que participam de licitação desse porte. A comissão de licitação agiu e age, como tem que ser, com absoluta lisura, impessoalidade. De modo que não foi detectada na análise da documentação qualquer impropriedade quando da sua verificação. Porém, quando for ideologicamente falsa evidentemente a Prefeitura deverá tomar providências de conteúdo penal e criminal de quem fez uso de documento falso. Isso se for verdade, e estamos fazendo a ressalva, aguardamos a resposta da Prefeitura para não dar como informação absoluta e acabada a informação

jornalística.

P – Está em processo de análise e investigação por parte dos senhores?

R – Está, nós mandamos para as Prefeituras nos informar, é o que nós podemos fazer.

P – É para ver se procede ou não a informação do jornal?

R – Sim, se procede ou não.

P – Aguardo do senhor a informação, a manifestação do senhor.

R – Assim que tivermos informaremos V.Exa.

P – Acreditamos no trabalho do senhor, temos confiança.

R – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Pela ordem, quero fazer uma pergunta para o Secretário e para o Superintendente, é coisa rápida.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se for rápido... V.Exa. entendeu a nosso cronologia? O senhor quer formular questão, não é questão de ordem. Já que é rápido, Vereador, por favor.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Cumprimento o Vereador Milton Leite, o Secretário de Serviços e Obras, Dráuzio Barreto, e o Superintendente Roberto Kimura do Serviço Funerário. A minha pergunta é para o Secretário Dráuzio Barreto porque é confuso, as coisas que funcionam na cidade de São Paulo, parece que não é bem visto, não aumenta, não amplia. Por exemplo, o Atende – sei que não tem nada a ver com a sua pasta – mas não amplia, por mais que brigamos, que lutemos, não tem jeito de ampliar esse atendimento do Atende, que é essencial, muito importante na Prefeitura de São Paulo. Falo isso porque os ecopontos são importantíssimos para a cidade. Acho a meta tão pequena, tanto é que a cidade em sua maioria tem ponto viciado de lixo em tudo quanto é lugar. Acho que isso se deve ao número de ecopontos ser pequeno. Acho que a meta está abaixo do que a cidade de São Paulo necessita. Queria perguntar se não tem jeito de aumentar a meta porque, se não,

vai continuar o número mínimo de ecopontos e a população criando mais lugares viciados com lixo. De manhã teve um acidente com uma carreta com madeira, na Marginal Tietê, a TV mostrou a carreta e ao lado dela um enorme lixão. Acho que deveria discutir melhor a questão da meta. A última pergunta é para o Superintendente, Roberto Tamura, tivemos lá conversando com ele há meses para tratar da questão da greve dos servidores públicos municipais, os servidores do serviço funerário.

Uma das questões que nós debatemos com eles é a questão dos dias parados e também da punição que estava prevista para os trabalhadores. Algumas questões foram respondidas por eles e outras ele disse que quem tinha de responder era o Secretário Rubens Chammas.

Nós, por meio da comissão de Administração Pública desta Casa, convidamos o Secretário Chammas para explicar para nós como o Prefeito e outras pessoas do Governo afirmaram que esta comissão que foi criada não era uma comissão para perseguir os trabalhadores, mas, sim, uma comissão para tratar da questão. Nós tínhamos clareza de que aquela comissão era exatamente para perseguir, tanto é que foi publicada agora a pena para 450 servidores do serviço funerário que participaram da greve.

A comissão de Administração Pública fez um requerimento para o Prefeito para que eliminasse de uma vez por todas esta portaria 960 e acabasse com esta comissão e parece que estas coisas não foram aceitas e ouvidas pelo Governo. Tanto é que agora os servidores terão de ir lá responder sabe-se lá o quê? Eles terão de justificar a questão dos dias parados, então, era nessa linha que eu queria que o senhor falasse, se é que o senhor tem estas informações sobre estas 450 pessoas que estão na lista do Diário Oficial para prestar esclarecimentos.

O SR. ELTON ZACARIAS SANTA FÉ - Vereador Zelão, a questão dos ecopontos, o senhor tem toda a razão. A cidade de São Paulo é grande, temos como meta a instalação de pelo menos um ecoponto por distrito, seriam 96 ecopontos. A maior dificuldade que temos na

cidade hoje para a implantação de ecopontos são locais apropriados para isso. Há uma limitação, infelizmente, no zoneamento da cidade que impede que ampliemos porque é muito fácil fazer o ecoponto, é uma obra barata e de uma utilidade imensa para a população.

A questão ambiental é nota 10 e há conscientização cada vez maior das pessoas em não agredirem o meio ambiente e não jogarem lixo em beira de córrego, em praça pública e canteiros, mas a cidade ainda convive com muitos pontos viciados, muito entulho da construção civil jogado pelas ruas e isso é uma incivilidade que temos na nossa cidade. Não há ecoponto que resolva isso, infelizmente, é outro tipo de problema, de fenômeno. Removemos quase duas mil toneladas por dia de entulho jogado irregularmente, clandestinamente, nas ruas, praças, avenidas da cidade, contribuindo para um dano estético e um desconforto ambiental tremendo da cidade.

Temos a vocação hoje da Limpurb junto com a Secretaria de Infraestrutura Urbana de identificar áreas onde possamos rapidamente implantar estes equipamentos. O custo de implantação é entre 60 e 100 mil reais, é muito fácil e rápido de fazer. Agora, neste modelo novo de limpeza da cidade temos de aproveitar esta conscientização maior das pessoas e a relevância que todas dão, que habitam em São Paulo, para que possamos operar os ecopontos sete dias por semana, das 6h da manhã às 22h.

Estamos com 19 ecopontos nos mais variados estágios de entrega para a cidade desde aqueles que estão com projeto sendo realizados, aqueles que estão com obras a serem concluídas. A nossa percepção é a mesma de V.Exa. de que são equipamentos importantíssimos para a cidade e, naquilo que pudermos com o nosso esforço conseguir, vamos tentar suplantar a meta porque sabemos que a meta merece ser ultrapassada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tenho uma pergunta para o Sr. Tamura, na zona Sul, nas mortes naturais, o tempo de remoção é entre 10 e 12 horas, outro problema na zona Sul é que o cemitério que temos disponível é o São Luis. Então, no Campo Grande, o senhor não acha que está na hora de reabrir para sepultamentos gratuitos para a população,

não aqueles que detêm túmulos? Qual é a previsão?

O SR. ROBERTO TAMURA - Primeiramente, se me permite dizer, a vaidade é objeto de pecado do cidadão, mas não posso deixar de dizer que fiquei sensibilizado e quero agradecer a V.Exa. pela manifestação de dizer que a honestidade é a obrigação de todo o cidadão, mas dito por V.Exa. quero agradecer. Reconheço que há muitas dificuldades para serem enfrentadas. Estou somente há nove meses frente ao serviço funerário e é uma área que eu nunca tinha atuado, portanto, é uma novidade para mim e a cada dia estou aprendendo com este trabalho.

Agradeço a visita do nobre Vereador Zelão à nossa superintendência até para que não haja nenhuma manifestação pessoal por parte da superintendência que esteve envolvida diretamente na questão da greve. O Prefeito entendeu por bem que todo o processo teria que ser feito pela Procuradoria Geral do Município, então, a comissão é constituída pela Procuradoria para ter toda a sua isenção no encaminhamento, até para dar direito à defesa de todos os trabalhadores.

Como houve um fato, uma greve, houve uma manifestação da Justiça que provisoriamente também considerou que a greve não deveria ter ocorrido e, mesmo assim, houve. Ou seja, houve uma desobediência judicial. Não cabe a mim, não se colocou a Superintendência para fazer esta apuração e, sim, a Procuradoria Geral do Município, desta forma, não temos como optar nos manifestando e sim a Procuradoria.

Quanto à zona Sul, realmente, sabemos que temos um problema e peço ajuda a V.Exa., que conhece aquela região, se seria possível indicar uma área para desapropriação para o cemitério. O problema da cidade de São Paulo é de área. Temos de começar uma campanha para que as pessoas tenham mais a prática da cremação.

Uma cidade como São Paulo já não comporta mais pensar em cemitério ou vamos pensar em verticalização - que custa muito caro e não atende à população mais humilde – ou na cremação, creio que é o caminho.

Estamos tendo problemas com a ossada, não tem onde depositar os restos mortais das exumações que são feitas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - O problema nosso é religioso e cultural da população, toda vez que se fala em cremar é terrível, as pessoas têm resistência quanto a isso.

Com relação à área, vamos trabalhar para ofertarmos áreas que permitam a instalação de cemitérios. É muito difícil encontrar terrenos na cidade de São Paulo e o preço está pelas alturas, principalmente nas áreas com a dimensão que se faz necessária. Vamos trabalhar e tentar ofertar os que são possíveis.

Inclusive, na revisão do Plano Diretor Estratégico, que faremos a partir de 2013, se faz necessária a previsão de estudos que são serviços. O Plano Diretor engessou a Cidade nesse aspecto, eu o votei em 2003, só que hoje, por conta do zoneamento estratégico, há restrição de implantação e as áreas disponíveis, que seriam possíveis mesmo com adequação ambiental que se faz necessária, foram restringidas.

Creio que o zoneamento é o principal, não vamos conseguir implantar cemitérios em diversos terrenos já disponibilizados, digamos assim, possíveis de serem desapropriados, principalmente na região Sul, onde há APP, mananciais e daí para frente.

Passo a lista de inscritos que farão perguntas ao Sr. Superintendente do Serviço Funerário, na ordem de inscrição: João Batista Gomes, Fabio Siqueira, Dora Lima, Laerte, Euclides, Carlos, Vlamir, Lorivaldo e Adalton. Estão encerradas as inscrições. Falarão pelo tempo improrrogável de três minutos, porque ainda tenho o Sr. Secretário Santa Fé para fazermos a sua audiência pública.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – João Batista, Secretário de Assuntos Jurídicos e Econômicos do Sindsep. Retomo a questão dos salários do pessoal, porque pela proposta orçamentária para 2012, se comparada com 2010 e 2011, é extremamente estranha.

Em 2010, foi previsto 52 e empenhado 38; orçado em 2011, 44, atualizado em outubro, 45 e empenhado 40; para 2012, a proposta é de 47, ou seja, prevê crescimento. Mas,

se comparado com 2010 e 2011, parece-me que não está previsto crescimento para o salário dos funcionários. Reafirmo que não está previsto. Esse é o problema, não existe previsão de reajuste salarial, porque esse valor é o crescimento vegetativo da folha de pagamento.

E mais, trata-se de um problema crônico, gostaria que o Dr. Tamura ouvisse, porque estamos nesta Câmara há seis ou sete anos, pedindo concurso público para sepultador e motorista, o Superintendente disse várias vezes que vai acontecer, neste ano saiu a publicação, mas até o momento foi feita a contratação de emergência.

Quando é que vai acontecer o concurso, enfim, no Serviço Funerário do Município de São Paulo? Para não acontecer como os agentes de zoonoses que ficaram 10 anos contratados de emergência, foram demitidos sem os seus direitos e sem o preenchimento das vagas necessárias.

São duas questões fundamentais: o reajuste, porque o Serviço Funerário diz que é autônomo, mas quando chegou à frente do Desembargador do Tribunal de Justiça, o Dr. Tamura estava lá e disse o seguinte: “Não posso conceder reajuste, depende da Prefeitura.” E como que faz? Para nós, autonomia do Serviço Funerário é meia boca, porque vai até um determinado limite.

A segunda questão, para pagar a gratificação de atividade a Secretaria de Serviços de Obras precisou suplementar. Então, aqui para nós a questão é essa. Ou prevê o reajuste aqui, porque nesta Casa está se discutindo um reajuste para a Saúde para o ano que vem de 11%, ou se estende esses 11% para todos os trabalhadores ou senão não tem reajuste no ano que vem. É disso que se trata.

Por fim, a questão da greve. É preciso deixar bem claro aqui, Vereadores, a greve não foi decretada ilegal. Não foi julgada até hoje. O que o juiz desembargador decretou é que o Sindicato tinha de se abster de fazer greve no terceiro dia. No quarto dia a greve foi suspensa, até hoje a greve não foi julgada ilegal. Precisa parar com esse repeteco. Porque repetir uma mentira várias vezes, ela se torna verdade. Então, a greve não foi julgada ilegal. É só procurar

no *site* do Tribunal de Justiça e todos verão.

Sobre os dias parados, o Vereador Zelão já falou, tem uma lista publicada de 455 no Diário Oficial. Quero dizer na Comissão que ontem aconteceu algo estranho. Fizemos uma assembleia no Sindicato para orientar os servidores na sua defesa e apareceu lá o Guarda Civil Metropolitano da reservada – engraçado, até – para poder vistoriar a nossa assembleia para ver o que estava acontecendo.

A Guarda Civil Metropolitana tem as suas funções, não vou criticar, mas uma das funções a mais é ir à assembleia, dentro do Sindicato, para vistoriar o que os trabalhadores estão discutindo.

Elegantemente nós os colocamos para fora, porque dentro da nossa casa quem entra são os convidados. O mais engraçado é que ele se identificou como sendo da reservada, talvez para amedrontar os trabalhadores.

Para nós do Sindicato, queremos o reajuste salarial, a abertura dos concursos para nós é fundamental. Serão abertas as inscrições neste ano? Sairá o edital neste ano? Agora, com salário de R\$440,00 de piso, terá problema. No ano que vem o salário mínimo vai para R\$630,00 e o nosso piso é R\$440,00 e não vai resolver o nosso problema salarial se não estiver previsto no Orçamento Municipal. (Palmas)

O SR. FABIO SIQUEIRA – Bom dia a todos, saúdo a Mesa, o Vereador presidente Milton Leite, Vereador Zelão, da zona Leste, Secretário de Serviços da Prefeitura de São Paulo, ex-Deputado Estadual Dr. Drausio Barreto, Superintendente do Serviço Funerário do Município, Dr. Roberto Tamura, população presente.

As perguntas para a pasta de serviços são muito claras e específicas. Na área de limpeza o código 81 do Orçamento prevê a existência de Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB e o Fundo Municipal da Limpeza Urbana. Não foi implementado, a dotação está zero, neste ano é de 10 mil reais, simbólico, no ano que vem, oito mil reais. Tiraram dois mil reais da dotação que é simbólica.

Se não me engano no ano passado os senhores disseram que iriam implementar a AMLURB, se não me engano. O que está acontecendo com esse serviço?

Serão apuradas as supostas responsabilidades do seu antecessor, o Sr. Alexandre de Moraes, que foi secretário desta pasta e não cumpriu a legislação municipal deste tema, como que se dará essa questão? Além nisso, desrespeitando a própria legislação aprovada por esta Casa. Saúdo o Sr. Elton Zacarias, Secretário de Siurb.

O senhor comunica que haverá uma licitação na área da varrição de ruas. Será feita alguma prestação de contas das cinco empresas que estão encerrando o seu trabalho aqui na Câmara Municipal? Porque não é possível a empresa ganhar uma bolada de dinheiro e, ao final, não dizer quais foram as boas, quais foram as ruins. O senhor mesmo, ano passado, disse que houve problemas até em termos de comportamento de algumas dessas empresas. Gostaríamos de ter um balanço disso e saber o que vai acontecer.

E, finalmente, questão de iluminação, que, me desculpe, é um grande escândalo.

A título de comparação, no último ano de gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy, em 2004, foi executada a verba 99 – Ilume –, num total de 184 milhões de reais, para um orçamento que era de 12 bilhões. Agora, em 2011, sete anos depois, o orçamento é três vezes maior – quase 35 bilhões –, e o senhor só executou 119 milhões de reais na pasta da iluminação. Com a projeção para os dois próximos meses, totaliza 143 milhões de reais. É a menor dotação da história da fonte 99. O ano passado já tinha sido menor – 148 milhões –, e esse ano vai ser menor ainda, pela projeção – 143 milhões. Iluminação não é prioridade da sua pasta? Por que o orçamento maior geral para a iluminação é cada vez menor? Será que a periferia não tem direito à iluminação pública. Ainda por cima, reduziu um milhão – de 253 milhões para 250,4 milhões. Por que reduziu a verba do Ilume?

A LDO prevê, na dotação 5160, ampliação de 1500 postes para 2011. Quantos postes o senhor, a sua secretaria, de 1º de janeiro até 24 de novembro de 2011?

A dotação 5606, que previa a instalação de quatro mil postes – pontos de

iluminação pública. Quantos desses quatro mil o senhor entregou nesses 11 meses?

Eram essas as perguntas. Muito obrigado.

A SRA. DORA – Bom dia a todos. É uma pena que esta audiência esteja com essa quantidade de pessoas. Quero dizer do nosso Plano Diretor.

A gente vive uma democracia realmente em xeque, porque a responsabilidade do Executivo e do Legislativo... Não digo de todo Legislativo. Mas realmente temos uma cidade que não tem planejamento e o Plano Diretor nunca entra em vigor. E as desculpas são: não tem local, não tem isso, não tem aquilo. Isso é grave. Eu não estou me sentindo representada na cidade de São Paulo.

Com relação ao Plano de Metas, a cidade de São Paulo está de parabéns pelo primeiro Plano de Metas. Eu reforço. O Vereador Donato já citou todas. Como educadora ambiental, acompanhando a coleta seletiva, que é uma vergonha em São Paulo. Com 12 milhões de habitantes praticamente, a gente não chega a 7% dessa coleta. E quando é coletado não tem a destinação correta. E aí você analisa e mede: 1% , quando é coletada, é tratada devidamente. Então não me sinto contemplada.

Por exemplo, o Legislativo tem que fiscalizar o Executivo. E realmente um fica empurrando para os outros, e os nossos impostos estão aqui, somando 38 bilhões para o ano que vem, nas mãos de um gestor público que está governando esta cidade praticamente por uma liminar, porque nem as suas contas de campanha foram aprovadas.

Então chamo a atenção a atenção desta Casa para o Plano Diretor e para a fiscalização do Executivo, porque eu não me sinto contemplada.

A outra meta é a 122. Não adianta fazer ecoponto, não adiantar colocar triagem, porque também é preciso fazer uma campanha de educação ambiental. Não temos outra cidade, não temos outro centro de São Paulo – o que temos é este –, não temos outro planeta para morar. Setenta por cento do nosso corpo é água. E aí a gente está realmente perdendo a noção de como viver no planeta Terra e na cidade de São Paulo.

Quero saber dos ecopontos, que acompanhas, das centrais de triagem, e também da responsabilidade dessas concessões. Um fica empurrando para o outro. Na minha casa, quando eu contrato alguém, eu fiscalizo. Não adianta a gente trocar a concessão; eu tenho que fiscalizar. Cadê os fiscais da Secretaria?

Na audiência passada, foi dito que o fundo de limpeza ia ser ampliado, ia ser visto, ia ser colocado. Encerro a minha fala, chamo a atenção do Relator, o Vereador, para que essa audiência realmente seja válida. A gente pergunta, pergunta, pergunta; os secretários, não todos, vêm; não contemplam a população, e fica por isso mesmo. Então quero ser contemplada nas minhas perguntas.

O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA – Sou Laerte Brasil, sou Presidente da Federação Sustentabilidade e Vida; do Observatório Nacional de Investigação dos Orçamentos Públicos, para um Brasil decente e sustentável; e também sou Presidente da Federação Nacional dos Treinadores de Futebol e de Desportos, constituído recentemente.

Saúdo as autoridades da Mesa, bem como os demais presentes.

Eu vou fazer uma pergunta ao Secretário, porque o demonstrativo não está declarando.

No ano de 2011, até outubro, teve uma reforma no Autódromo de Interlados, que chegou a 34 milhões, 533 mil e 442 centavos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Laerte, me desculpe, mas não é o Secretário que vai responder essa pergunta, porque o Autódromo não diz respeito a este Secretário. Esta audiência pública é para serviços e obras: limpeza urbana – lixo; iluminação pública; serviço funerário.

O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA – Só essas?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só essas. Senão a sua pergunta será em seguida. Está bom? Está satisfeito?

O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA – Satisfeito.

O SR. EUCLIDES – Bom dia a todos. Eu moro em São Miguel Paulista. Na última audiência pública do ano passado, estivemos com Celso Caldeiras, o antigo Superintendente. E na fala do Celso parecia que o serviço funerário já tinha o ISO 9000. Porém, decorrido quase um ano, verificamos que isso está na cabeça dos nossos administradores, porque, na prática, realmente isso não acontece.

Para se ter uma ideia, havia uma promessa de ampliação do velório de São Miguel Paulista, porque os corpos, muitas vezes, são liberados meia-noite, duas horas da manhã, e não há vaga, depois, no Cemitério da Saudade.

Lá é onde eu moro e onde eu mais conheço. Então havia essa promessa: ampliação dos velórios municipais. Não ocorreu.

Outra coisa que preocupa, que os servidores públicos do serviço funerário ficaram com receio de falar, diante da perseguição que está ocorrendo, foi o número de veículos quebrados.

O serviço funerário trabalha em rede. Existem alguns caminhões que abastecessem os polos, e esses caminhões não estão passando na vistoria, ou estão todos quebrados.

Eu queria que o senhor confirmasse isso, porque eu estou com uma relação aqui de vários prefixos de caminhões quebrados. E evidentemente isso afeta na ponta, provocando o atraso no sepultamento, e o conseqüente desrespeito à família. Isso é frequente.

Vou dar alguns números de prefixos quebrados: 262 não rodam, 132 estão sem documento, 133 não devem passar na vistoria, 272, 269, 270, 420. Falo de caminhões quebrados, sem documentação ou que não passam na vistoria.

Gente, não adianta fazer ISSO 9002 enquanto os servidores estão com 450 reais e com veículos quebrados.

Era isso. Obrigado.

O SR. CARLOS – Secretário a gente vem trabalhando pela associação Viva o

Centro, pelo fórum do Centro, pela melhoria dos serviços públicos e do ambiente urbano aqui do centro da cidade. Nesses 20 anos, podemos dizer que tem algum orgulho do nosso centro, dos imóveis, espaços públicos recuperados e devolvidos para a sociedade. Mas na questão do lixo, acredito que a coleta, a logística é interessante, é bem feita, mas temos uma questão no lixo, propriamente aqui no Centro, e na coleta seletiva, então no lixo, se não fosse pela boa vontade dos fiscais da Limpurb não conseguiríamos manter uma ordem. Temos situações repetitivas que são os estabelecimentos que coloca o lixo fora de hora ou até desrespeitam essa lei do grande gerador, jogam fora de hora, aí pessoas, normalmente, em situação de uso de drogas vão lá rasgam os sacos, e são repetitivos essas situações, e não conseguimos deixar a cidade limpa por conta dessa falta de fiscalização. E outra questão das centrais de triagem no centro, que não conhece a política pública para as cooperativas de catadores. Essas duas questões que gostaria de estar colocando. A política pública para a cooperativa dos catadores e questão da fiscalização do lixo nas vias públicas.

O SR. VALMIR – Sou dirigente do sindicato Sindisep, Secretário Geral. Estou vendo aqui na proposta do Orçamento para o Serviço a questão de reforma e ampliação dos cemitérios. O que foi gasto esse ano, desses oito milhões 849 mil, quantos foram para alojamentos dos trabalhadores? Porque a precariedade é imensa. Os trabalhadores na sua grande maioria é banheiro, cozinha, o almoço da marmita, tudo junto. É uma precariedade imensa. A questão do uniforme que não vi a rubrica, porque estou me referindo a questão da reforma, porque ano que vem não tem proposta, pelo que entendi aqui de nenhuma ampliação ou reforma que possa, inclusive, ampliar isso para os trabalhadores. A questão de uniformes, não sei qual a rubrica que entra, mas o quanto está destinado, porque a troca de uniforme desses trabalhadores é quase anual. Ele tem de conservar o que ele ganha para o ano seguinte. Ouvi o nobre Vereador Milton Leite falar da questão que ele ajudou lá no barro, o trabalhador do cemitério de Perus, Cachoeirinha, Vila Formosa, outros aí que são de terra, ele tem de passar, em um dia de chuva, com o mesmo uniforme para fazer vários enterros. Ele não

tem troca, mesmo que sujou de barro, para fazer a troca disso, se não tem, acredito que com essa oportunidade que está sendo levantada. É inadmissível não ter troca de uniforme nos serviços. O sindicato foi convocado pelo Ministério Público do Trabalho, fazer as vistorias das condições de trabalho nos cemitérios. Além disso, as condições de veículo, elevador que na maioria dos cemitérios não tem essas condições, mas é possível, trabalhar, porque a maioria dos trabalhadores adoecem e não são reconhecidos com doente ocupacional. Se estamos colocando que a Secretaria, o superintendente não pode dar o reajuste que hoje é de 440, essa turma que foram contratado de emergência. Só para lembrar, só entrou depois da greve dos servidores, ganhar 440 com a gratificação de 220. Essa Casa aprovou esse ano para os trabalhadores da educação, ai vou pegar no mesmo patamar, um agente escolar que é o operacional da educação até 2014 ele ganhará mil reais de inicial de carreira, e o trabalhador, em 2014, a previsão é continuar nos 440. Então, não dá para aceitar isso. É verdade, vocês não podem dar o reajuste, mas vocês podem fazer uma inserção no Prefeito e pedir que seja estendido o reajuste que darão para o pessoal da Saúde, de 11%, e que não será grande coisa na conta do salário dos trabalhadores.

Portanto, é importante o Sr. Secretário fazer uma junção ao Prefeito, inclusive falando a respeito da situação – que está precária. Esse é um ponto necessário. Estamos indo a todas as Secretarias fazer essa junção. Ainda temos milhares de trabalhadores da Prefeitura recebendo um reajuste de 0,01% e, ontem, nesta Casa, para várias assessorias do segundo escalão da Prefeitura o reajuste está chegando aos 300%. Não dá para aceitar uma situação dessas. Não é possível só ficar falando que não há condições para dar o reajuste. Acredito que o melhor é fazer essa junção para sairmos dessa situação do Serviço Funerário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Lourival.

O SR. LOURIVAL – Bom dia a todos. Moro próximo ao Córrego Riacho dos Machados e sou Presidente da Associação.

O que estou vendo aqui é uma vergonha municipal – tanto os Vereadores como os

Secretários – porque estamos sendo tratados como palhaços, no bom sentido, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou cassar-lhe a palavra. O senhor respeite a Mesa. Tenho um profundo respeito com a população. Não trato ninguém como palhaço. O senhor tem direito de formular as perguntas. Cassarei a palavra do senhor por causa dos adjetivos que está usando.

Formule as questões. Respeite os presentes.

Tenho tratado bem todos aqui, dando o tempo para falar livremente, desde que sejam respeitosos. O senhor pode formular as questões que desejar.

Isso é uma audiência pública para tratar do Orçamento da Cidade. Não permitirei desrespeito a qualquer autoridade. A audiência pública tem de ser conduzida harmonicamente.

Portanto, o senhor pode formular as questões. Ao contrário, tiro-lhe a palavra.

O SR. LOURIVAL – Perdoe-me, não foi essa a minha intenção. Não quero radicalizar, nem levar para esse lado.

Tenho aqui uma colocação. O Sr. Secretário Dráusio Barreto falou em 60 ecopontos. Nós, do Riacho, estamos contra um ecoponto que está sendo colocado no local. Não contra o ecoponto em si, mas quanto ao local em que está sendo colocado, porque há enchentes. Chama-se Ecoponto São Mateus II. Esse ecoponto entra diretamente no Projeto Riacho dos Machados.

Dentro desses ecopontos, temos próximo à nossa comunidade, o Ecoponto Sapopemba. Esse ecoponto funciona sete dias por semana – apesar de o senhor ter acabado de falar que os ecopontos funcionam cinco vezes por semana. Ainda aproveito a oportunidade para fazer uma denúncia: lá, em alguns casos, eles não recebem materiais que são próprios dos ecopontos.

Outro fato diz respeito à Ilume. A iluminação está um caos na região. Quando se fala em ISO 9000, estamos falando em um certificado de qualidade. No caso da Eletropaulo, cadê a qualidade? No caso da Ilume, cadê o trabalho?

Hoje, em São Caetano, São Bernardo e Ribeirão Pires ainda é a Eletropaulo que faz o trabalho e a Prefeitura fornece o material. Aqui em São Paulo a Ilume é uma vergonha.

Estou aqui, praticamente, pedido ao senhor verificar isso com muito carinho e entrar em contato com o Sr. Elton.

A denúncia que tenho a fazer é a seguinte: a Limpurb é uma empresa ótima para trabalhar, mas quem vai por aí... Os Vereadores fizeram uma lei que disciplina que aonde há descarte viciado tem de haver uma placa. Isso é lei feita pelos senhores. Onde moro tem, pelo menos, uns 10 pontos clandestinos que já denunciei à Subprefeitura e à esta Casa e ninguém fez nada.

A Secretaria de Serviço poderia, por exemplo, colocar caçambas. Isso é previsto e é um serviço fácil, mas ninguém está fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, tenho mais uma pergunta, com relação à iluminação pública, hoje temos as lâmpadas de led. Queria saber se há estudo, Como está sendo implantado? Porque quem utiliza tem uma economia muito grande.

Gostaria que o senhor falasse um pouco a respeito.

O SR. SECRETÁRIO – Muito obrigado, Presidente Milton Leite.

Começando pela última intervenção de V.Exa., o Departamento de Iluminação da Cidade de São Paulo começará a usar mais fortemente essa tecnologia de iluminação. Essa tecnologia é sustentável, econômica – gera uma economia na ordem de 60% - e, ainda, tem uma vida útil bem superior às tecnologias de lâmpadas de mercúrio, de vapor metálico, de sódio. A vida útil dela é de aproximadamente cinco vezes mais que a iluminação atualmente utilizada. Apenas o investimento é um pouco maior na aquisição. Não é uma tecnologia tão consumida, mas, com o tempo, deve baratear esse custo. Mas São Paulo estará inaugurando, nas próximas duas ou três semanas, essa iluminação em nove túneis, à semelhança do que fizemos no Túnel Ayrton Senna, melhorando a condição de segurança dentro desses túneis,

uma vez que a visibilidade se amplia enormemente. A isso se agrega um tema que, hoje, o mundo coloca como prioritário, e que é o da sustentabilidade e a redução do aquecimento global, uma vez que o gasto de energia é bem menor.

Além dos túneis, estaremos contemplando vias públicas onde o Ilume identifica que seja adequada e razoável a identificação dessa tecnologia. Já no ano de 2012 começaremos a usar, visto que existem regiões na cidade de São Paulo – praças, algumas ruas – onde testes foram feitos até por doação desse material para a cidade de São Paulo.

Então, em pouco tempo a população de São Paulo começará a perceber que a tecnologia de led estará sendo já empregada na iluminação pública de São Paulo.

Se V.Exa. permitir, excluirei as indagações referentes ao Serviço Funerário, para que o Dr. Roberto Tamura assim possa atender àqueles que, há pouco, fizeram suas indagações e apresentaram suas opiniões.

Como o primeiro inscrito, Sr. João Batista, só se referiu ao Serviço funerário, o Dr. Roberto Tamura, depois, atenderá a essa questão.

O Sr. Fábio indaga sobre a questão de Amlurb, licitação de limpeza, iluminação – que não é prioridade – e pontos de iluminação.

Fábio, a questão não é bem simples assim como você está colocando. Se fosse simples desse jeito, seria, até, temerário viver na cidade de São Paulo. Tem sido esforço de todos transformar esta Cidade em uma cidade cada vez mais aprazível, mais confortável para a população. É um grande desafio. São onze milhões e duzentos mil habitantes que vivem aqui.

A iluminação pública é prioridade para a Cidade. Informamos durante nossa fala – claro que foi breve - quem sabe você não tenha, naquele momento, estado aqui. Pode ter se levantado um pouquinho.

Concluimos um procedimento muito difícil, contratação de serviços de manutenção, ampliação, remodelação e modernização da iluminação pública na cidade de São Paulo. Há 560 mil pontos de lâmpadas no município, o maior parque de iluminação pública no mundo.

Temos um grande desafio. Há 17 mil quilômetros de rua, uma distância daqui a Tóquio, que precisam ser mantidos, conservados e arrumados. Faremos isso objetivamente. Esse contrato já entrou em vigor, relativo à manutenção, no mês passado. Em dezembro, todas as ordens de serviço já estão dadas. Passaremos a implantar quase oito mil novos pontos de iluminação que faltam na cidade. Estaremos remodelando quase 80 mil pontos de iluminação. Tudo isso será feito até abril ou maio.

Por uma segunda rodada de ordem de serviços, estaremos fazendo a implantação de quase oito mil pontos de iluminação que faltam no município. Por que faltam? Pela ausência de contratos. Por quê? Porque não queremos fazer emergência. Queremos respeitar a população de São Paulo e fazer a contratação adequada, usando recursos de impostos recolhidos da melhor maneira possível. Como todo administrador público responsável, temos de licitar, contratando melhores preços, estudando melhores projetos e realizando audiências públicas prévias às licitações, para que não só a população, como também as empresas interessadas contribuam para o aperfeiçoamento desses modelos.

Felizmente, a cidade de São Paulo, que estava sem essa ferramenta de gestão na iluminação pública, passa a ter. Esse é um contrato para a população, não para o administrador. Estou falando de uma ferramenta que fica vinculada ao administrador público. A iluminação é prioridade, fundamental, segurança e conforto. Hoje é absolutamente fundamental que o trabalho venha da periferia, por onde vamos começar, para o centro de São Paulo.

Com relação à licitação de limpeza, já foi concluída há uma semana, num processo difícilíssimo de licitação. Estamos mudando, substantivamente, o modelo de limpeza da cidade, reunindo uma série de serviços, num único contrato, em duas áreas da cidade. O trabalho começará a ser executado no dia 16 de dezembro. Empresas vencedoras estão se mobilizando para fazer isso.

Quanto a pontos de ordenação, já implantamos 3.900 pontos de iluminação nesse ano, além dos 1.600. Dos 4.000 já falados anteriormente, vamos chegar a 16.000.

Quanto à coleta seletiva, houve avanços importantes. No ano passado, a média diária, na cidade, era de 140 toneladas coletadas. Hoje já está em 260 toneladas por dia. Isso não acontece acidentalmente. Há um esforço não somente por parte Limpurb. Há um esforço de centrais de triagem para aperfeiçoarem o seu trabalho. As concessionárias têm ampliados os domicílios que se inscrevem para a coleta seletiva. Estamos ampliando esse trabalho. Em oito anos, já aumentamos nove vezes o volume de material reciclado na cidade.

O fundo de limpeza é vinculado ao ônus de concessão. São 5% pagos, mensalmente, por concessionárias para o fundo de limpeza urbana. Não há como isso ser ampliado.

Quanto aos grandes geradores, há um desafio na cidade. É uma incivildade o que os grandes geradores fazem na cidade. Há uma legislação aprovada por esta Casa de Leis, a lei 13.478/02, que diz que quem gera mais de 200 litros de lixo não tem direito à coleta pública. Como o próprio nome diz, é lixo domiciliar, coleta domiciliar. O comércio cobra-nos, seja em restaurantes, lanchonetes e lojas. Não podem colocar tanto lixo na rua. Por quê? Porque, em primeiro lugar, onera a concessão. Concessionárias exigem da Prefeitura uma compensação por um lixo que não está no escopo de seu contrato de trabalho. Em segundo lugar, há um problema sério, porque, normalmente, é um lixo rico. Pessoas que vivem da coleta de material seletivo abrem lixo em ruas e espalham materiais. Isso dificulta, sobremaneira, a limpeza da cidade, quando o lixo não é levado, em época de chuvas, para bueiros, contribuindo para o agravamento de enchentes.

A Prefeitura mudou o enfoque disso. O Sr. Gilberto Kassab, Prefeito do município de São Paulo, anunciou, em novembro do ano passado, que a cidade apertaria, para valer, quem estivesse fazendo isso. Por último, chegou a fazer uma desesperada providência, fechar o estabelecimento comercial que desrespeitasse as leis da cidade. Não há administrador público que tenha prazer em fechar postos de trabalho ou uma empresa formalmente constituída. Isso foi para mostrar para quem que viola posturas municipais. A cidade não abriria

mão da estética de conforto, limpeza e cumprimento da lei. Mostrando ao município que essa ferramenta existe. Fechamos 40 estabelecimentos, de pequenos a grandes, de padarias a grandes magazines. As coisas estão melhorando. Temos um cadastramento forte acontecendo na cidade. Pessoas começaram a ver que podem ter dor de cabeça se continuarem desrespeitando a disposição irregular. A Câmara aprovou uma lei excepcional para a cidade, elevando o descarte irregular, em via pública, para quem for surpreendido fazendo esse tipo de atividade, tendo de pagar 12 mil reais, além de apreensão do veículo que faz esse trabalho.

Quanto a ecopontos, no seu trecho, há dois funcionando. O que tiver de ser corrigido, será.

Quanto à Anlurb, há um projeto da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Serviços para a sua implantação. Estávamos cumprindo outros desafios operacionais, para chegarmos ao desfecho na área de limpeza pública.

(NÃO IDENTIFICADO) – Já nos reunimos em outras oportunidades. Há três meses somente no Governo, muitas informações colhi por meio do sindicato, legítimo representante de trabalhadores. Levei uma das primeiras reivindicações que o sindicato trouxe-nos, a gratificação para atividade. Levei isso ao meu Secretário, Sr. Dráusio Barreto, que, está ao nosso lado. A primeira pergunta que S.Exa. fez foi se todos os outros trabalhadores ganhavam a gratificação por atividade e o nosso não. Ele falou: Não é justo, portanto, vamos trabalhar e conversar com a área econômica para garantir a gratificação por atividade também aos trabalhadores do serviço funerário.

Isso foi efetivado. Claro que existe todo um processo burocrático, infelizmente, que leva algum tempo. Veio para esta Casa que, rapidamente, aprovou. Hoje, os trabalhadores conseguiram essa conquista, através de um diálogo entre a (ininteligível) e o sindicato.

Acho que essa é uma relação muito saudável, não só nessa questão, mas vale a pena lembrar-se da reivindicação histórica dos nossos trabalhadores em relação à falta de motoristas e de sepultadores.

Rapidamente, o Sr. Secretário, assim como o Prefeito Gilberto Kassab, autorizou a contratação em caráter de urgência, tendo em vista que existe um processo já correndo, por isso que permitiu a contratação em caráter emergencial desses trabalhadores.

Feito esse processo de contratação, e o pessoal já está trabalhando. A Comissão que avaliará a empresa que ganhar a licitação para promover o concurso público já está formada. Logicamente que não queremos ficar prorrogando essa situação de emergência, porque se é urgente tem de ter um prazo curto. Esperamos que no início do ano o edital do concurso para sepultador e motorista esteja publicado.

E estamos com problemas em relação à baixa de veículos. Não houve renovação das frotas dos veículos próprios do serviço funerário, então muito veículo sucateado. Estão dando baixa nesses veículos, porém, temos de usar a criatividade de forma mais econômica para o serviço público.

Todo estoque de urnas e flores é colocado na Vila Maria e o nosso caminhão distribui para outros polos. Qual é a decisão? Hoje, às 15h, vamos fazer uma reunião com os fornecedores de urna. Não vamos mais fazer estoque de 16 mil urnas na Vila Maria. Vamos fazer um planejamento e será obrigação da empresa, e não mais nossa, distribuir urna e flores.

A empresa levará para o polo São Paulo, uma quantidade necessária para uma semana ou um mês, e vai ficar estocado no polo. Isso acabará com a necessidade de um veículo para fazer essa distribuição.

Quanto a alojamento, os próprios trabalhadores do sindicato sabem o quanto temos respeitado e valorizado a SIPA. Esta Casa nos presenteou cedendo um espaço para dar posse aos sipeiros. Estamos aqui com uma relação no valor de 11,126 bilhões de reais para reformas e acessibilidade, que já estão praticamente empenhados. A Siurb que vai executar a reforma dos velórios. E também está contemplado o alojamento para os trabalhadores.

Se quisermos humanizar o serviço funerário da cidade de São Paulo, temos de começar internamente, senão não há como fazer isso.

Está aqui a relação. Já está aprovado. Algumas coisas ainda estão esperando o projeto ficar pronto, mais em relação à pavimentação. Enfim, vale a pena lembrar a questão da acessibilidade. Neste projeto foi feito na Quarta Parada, está pronto – o único pronto – e os demais do cemitério receberão ampliação de sala onde precisa e a reforma dos alojamentos.

No Serviço Funerário, atendendo à legislação de acessibilidade, podem verificar que na maioria dos cemitérios tem o carro elétrico, antigamente era empurrado por carrinho e hoje são carros elétricos. Parece-me que faltam somente em dois cemitérios. Para as pessoas que têm dificuldade de locomoção e pessoas da terceira idade existe o carrinho elétrico para transportá-las e permitir que acompanhem o sepultamento. Foram vários os avanços que ocorreram neste ano e que vale a pena registrar.

Foi feito o processo licitatório agora do uniforme. A ideia é de, no mínimo, três peças de uniforme para cada trabalhador. Está sendo discutido com a CIPA a qualidade e a fiscalização do uniforme que será utilizado.

Agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Concluída a audiência pública da SSO e Serviço Funerário. Suspenderei a sessão para despedir-me do Dr. Dráusio e Dr. Tamura.

A seguir, iniciaremos a audiência pública com o Sr. Elton Santa Fé Zacarias.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Secretário Elton Santa Fé Zacarias.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Bom dia a todos. Cumprimento o Sr. relator do Orçamento, Vereador Milton Leite; Vereador Zelão; colegas de Secretaria e de Diretoria da SP Obras, da qual sou Presidente. A audiência pública anterior se estendeu por demais, gostaria rapidamente falar um pouco sobre a minha pasta.

A Siurb apresenta quatro diretorias. Há a Convias que cuida do entendimento com as concessionárias de serviço público e cuja principal atividade hoje é a implantação do

sistema GeoConvias – sistema financiado pela Sabesp com o objetivo de ter o completo mapeamento das redes das concessionárias na cidade de São Paulo.

Temos também o Departamento de Edificações cujo Diretor costumava a ser o Engenheiro Santoro, aqui presente, e que faz todas as obras das outras secretarias, ou seja, faz as obras da Secretaria da Educação, da Cultura, do Verde, da Saúde, reformas, manutenções na cidade de São Paulo.

Há também o Departamento de Obras cujo Diretor é o Engenheiro Régis que cuida das obras viárias e de drenagem na cidade de São Paulo e obras de arte.

Temos a empresa São Paulo Obras que cuida, basicamente, das obras ligadas às Operações Urbanas na cidade de São Paulo.

Para acelerar os trabalhos, peço a cada um para falar um pouco das questões de obras já que Convias são atividades mais burocráticas e Proje são atividades mais ligadas a projetos.

Gostaria que o Sr. Santoro começasse fazendo um breve relato das principais atividades de Edif durante este ano e o que deve acontecer o ano que vem.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO – Bom dia a todos. Saúdo o nobre relator da Comissão, Vereador Milton Leite; Vereador Zelão; Sr. Secretário.

Edif, como bem disse nosso Secretário, executa obras para outras secretarias. Temos alguns projetos prioritários que estamos desenvolvendo. Cuidamos da execução das obras para a erradicação do terceiro turno da educação. São construções que já encerraram os processos licitatórios e já estamos dando ordem de início. Algumas obras já iniciaram, outras estão aguardando emissão de posse porque são terrenos que foram desapropriados. São aproximadamente 200 escolas entre CEIs, EMEIs e EMEFs.

Há outro projeto sendo executado e que se encerrará no primeiro trimestre de cobertura das quadras das EMEFs da cidade de São Paulo. Está sendo executado, agora, 215, mas já executamos por volta de 80 durante o ano. Há por volta de 100 escolas em processo de

ampliação e reforma.

O nosso departamento também faz a parte de manutenção das escolas. Em janeiro reformamos 505 escolas nos meses de janeiro, fevereiro e março, no início do ano letivo. Este ano há por volta de 300 escolas sendo reformadas e existe um projeto do Governo de manter sempre as escolas em ordem. Priorizamos esse projeto, começamos com a cobertura, parte de telhados, pontos elétricos e estamos fazendo a manutenção.

Estamos implantando uma série de parques para a Secretaria de Verde e Meio Ambiente para cumprir a meta dos 100 parques da gestão. Há várias obras em andamento e outras sendo licitadas e começando.

Estamos também executando algumas centrais de reciclagem para a Secretaria de Serviços. Já há duas, uma foi inaugurada no mês passado e outra será entregue nos próximos dois meses.

Há também um programa de manutenção grande em CDCs e unidades de saúde. Para terem noção, este ano já estamos – fora as 500 que falei no começo – por volta de 600 obras em andamento ou já estão concluídas neste ano.

Isso é o que está sendo feito e proposto para o próximo ano na área de Edif.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Obrigado, Santoro.

Régis, um minutinho só para falar das principais obras que há na sua área.

O SR. RÉGIS GEHLEN OLIVEIRA – Bom dia a todos. Saúdo o nobre Vereador Milton Leite e todos os presentes. Nossa Superintendência de obras é dividida em três. Temos a Divisão de Obras de Drenagem e Águas Pluviais, a Divisão de Obras de Artes e a Divisão de Obras Viárias.

Na Divisão de Obras de Drenagem e Águas Pluviais, temos hoje aproximadamente em execução cerca de 30 contratos. São obras de variados portes espalhadas pelos diversos pontos da Cidade. Essas obras abrangem basicamente a execução de galerias de águas pluviais, a contenção de margens de córregos, canalização e obras similares. Temos uma

projeção, para o ano de 2012, de uma manutenção do ritmo de drenagem e de redução dos pontos de alagamento da cidade de São Paulo.

Na Divisão de Obras de Arte, temos duas grandes obras em andamento: a Praça das Artes, no centro de São Paulo, no Vale do Anhangabaú, esquina com a Avenida São João; e as obras da Praça Roosevelt, também um grande investimento nosso. Temos, ainda, a incumbência da execução das obras de viadutos e túneis na cidade de São Paulo. Entre essas, estamos começando o reforço do Viaduto Santo Amaro, na Avenida dos Bandeirantes

Na Divisão de Obras Viárias, cujo objetivo é a ampliação da nossa malha viária na Cidade, temos um grande contrato em andamento, que são as obras de complementação da Avenida Radial Leste e também outra grande obra, de adequações na Rua do Gasômetro e de uma urbanização completa nessa rua. Temos, também, diversas obras menores espalhadas pela Cidade, em diversos pontos, abrangendo adaptações no sistema viário.

Basicamente, esse é o escopo de nossa Superintendência de Obras.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador Zelão, tenho várias questões, que, dado o tempo exíguo e o fato de que a população quer falar, formularei por escrito ao Sr. Secretário. Fica somente uma questão ao Sr. Secretário responder, relativa à Ponte dos Remédios. O que vai acontecer com essa ponte? A população pode transitar por ela tranquilamente? O que acontece com a Ponte dos Remédios? O Sr. Secretário pode responder as perguntas em bloco.

Neste momento, estou encerrando as inscrições. Peço que o nobre Vereador Zelão. Em seguida, vamos ouvir a população, e o Sr. Secretário responderá em bloco as perguntas.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS (Zelão) – Obrigado, nobre Vereador Milton Leite. Saúdo o Secretário Elton e sua equipe.

Sr. Secretário, não faço parte desta Comissão, mas hoje fiz questão de participar desta audiência pública até porque temos uma grande demanda. Sou morador da zona Leste. Acho que há pessoas que vão fazer uso da palavra hoje, que são representantes daquela

região. Travamos uma luta, Sr. Secretário, para a construção de um viaduto em Itaim Paulista. Esse viaduto, construído em 2002, foi uma obra importantíssima, até porque desafogou a mobilidade em uma região de mais de 50 mil habitantes que residiam entre as linhas da CPTM e o Rio Tietê. Hoje, há a obra dá vazão para o centro da Cidade, para São Miguel Paulista, para Suzano, para o centro do bairro.

O que acontece, Sr. Secretário, é que temos travado uma luta constante – e, quando digo “nós”, refiro-me aos moradores, aos movimentos sociais da região – para que seja construído um viário. Pelo fato de esse viaduto dar vazão para outros municípios e para outros bairros, aumentou o fluxo de veículos naquela região, sem contar que a região conta com um terminal ferroviário que, 24 horas por dia, transporte bobinas de papel. Já estivemos, em outra oportunidade, falando com seu antecessor, Dr. Marcelo Branco, e, depois de muita conversa, conseguimos um projeto para esse viário. Esse projeto já foi executado, terminou no começo do ano, e nós – eu e mais algumas pessoas que irão ocupar o microfone – estamos aqui hoje para pedir a V.Exa. que estude a possibilidade de colocar essa obra do viário entre as prioridades da Secretaria.

Ficamos sabendo que quem determina as prioridades junto ao Prefeito é o Secretário Bucalem. Fomos falar com o Secretário, mas conseguimos o projeto no valor de 300 mil reais. Porém, hoje, avaliamos que essa obra chegaria a um custo de 12 milhões de reais para ser concluída. Além das lutas que estamos travando para tirar de lá aquele tráfego de caminhões, porque daqui até ao nosso bairro conseguimos chegar em 30 a 40 minutos, mas quando chegamos lá, só para andar 1 quilômetro, gastamos mais de 1 hora, porque o trânsito. Então, não há condições.

Estou hoje falando para o Secretário de Siurb, fazendo essa reivindicação e perguntando de que forma V.Exa. pode nos ajudar ou, dando-nos o caminho das pedras, mostrar de que podemos conseguir que essa obra entre no orçamento de 2012 na sua Secretaria.

Para encerrar, Sr. Presidente, sempre ouço dizer que Siurb é uma Secretaria técnica. Até concordo com isso, mas tenho fé no Secretário Elton Santa Fé. (Risos) Acredito que a Siurb não é somente uma Secretaria técnica, mas também política. Porque conheço o trabalho que o Secretário desenvolveu em outras Secretarias e sei que ele é técnico, mas extremamente político.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Quero agradecer as palavras do Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Agora, ouviremos a população, e o Sr. Secretário, em seguida, responderá os questionamentos. Quero fazer um apelo aos inscritos. Eu, pessoalmente, tenho um compromisso inadiável; então, peço aos inscritos que cumpram o tempo de no máximo três minutos. Falarão, nesta ordem, os Srs. Adauto, Fábio, Laerte, Euclides, Lourival e (ininteligível). Estão encerradas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Adauto.

O SR. ADAUTO – Bom dia a todos. Sou o Adauto, assessor parlamentar do Deputado Luiz Claudio Marcolino e fui Subprefeito da Lapa na gestão da Prefeita Marta Suplicy, de 2001 a 2004. Eu quero trazer algumas questões da região que, infelizmente, não puderam ser tratadas. Quer dizer, foram tratadas na discussão com o Subprefeito em Pinheiro, mas só teve uma sessão na zona Oeste, e ainda feita de afogadilho, porque não constava no calendário original e foi avisado de um dia para o outro.

Eu acho uma pena que o debate sobre o Orçamento seja esvaziado, sem grandes participações. Acho um erro político da Cidade em geral e temos que trabalhar para mudar esse perfil.

Uma questão específica é o Viaduto da Lapa, que teve uma reforma iniciada na gestão da Prefeita Marta Suplicy. Como depois, na gestão Serra/Kassab, nada mais foi feito, a população gostaria de saber se há algum tipo de encaminhamento. Pelos números do Orçamento, não está previsto nenhum recurso, não apenas para esse viaduto, mas para esse tipo de obra em geral. Também existe um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público em relação a uma série de viadutos, e precisamos saber desse

encaminhamento.

Outra questão é o Córrego do Cintra, na Vila Jaguara. Quando eu fui Subprefeito, apesar da escassez de recurso na época, muito diferentemente de hoje, quando há uma abundância de recursos na Prefeitura, fizemos um projeto executivo da canalização desse córrego. Desde então, há sete anos, não se tem notícias sobre esse projeto de canalização; nem no Orçamento consta recursos para canalização de córregos, apenas para obras de emergência.

Aproveito a oportunidade, já que o Deputado Luiz Marcolino atua fortemente na zona Sul, para falar que há a duplicação da M'Boi Mirim e, pelo o que está constando, existiam recursos em 2011, mas existem recursos em 2012.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Existirá.

O SR. ADAUTO – É importante dizer. Gostaríamos também que o Vereador Milton Leite, como Relator, sugerisse alguns recursos em relação à manutenção de viadutos na Cidade, haja vista que há a questão da Ponte dos Remédios e da Lapa. Então, também é importante o término da reforma, além da canalização dos córregos, que, para se combater enchentes, é a melhor alternativa.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Fábio.

O SR. FÁBIO – Bom dia a todos. Na figura do Vereador Milton Leite, cumprimento o Secretário Elton Santa Fé, as assessorias e a população presente. Realmente fico triste e indignado com esse pouco tempo que temos para falar. Vou sugerir por escrito que se faça uma audiência pública sobre Siurb, porque há dezenas de obras e não foi falado de nenhuma especificamente.

O Secretário tem que explicar porque usou apenas 10,2% do orçamento liquidado de 1º de janeiro a 31 de outubro. Acho que é a menor execução da história da Secretaria de Obras de todos os tempos. Não há notícia na história da Cidade de uma execução tão

pequena. O Secretário precisa dizer se até 31 de dezembro de 2012 vai cumprir a meta 65, drenagem do Córrego Aricanduva; a meta 66, Córrego dos Machados, em São Mateus; a regularização da vazão no Córrego Paraguai, no distrito onde eu moro, na Saúde, com cinco milhões de reais; o Córrego Verde, de Pinheiros; o Córrego do Cordeiro, que teve execução zero em 2010 e 2011. Também tem que explicar por que para a Fórmula Indy está sendo disponibilizado um orçamento de 10.200 milhões de reais e, para obras como a do Córrego Verde, apenas 1 milhão; para o Córrego da Saúde, 5 milhões; 2 milhões para a duplicação para da M'Boi Mirim, onde toda semana ocorre uma manifestação.

Pela LDO, o Secretário não concluirá nenhuma dessas obras. Então, eu gostaria de saber quais obras V.Exa. poderá concluir, porque o Plano de Metas ficará bastante prejudicado, especialmente nessa Pasta. Sem falar do Jardim Orly/Parque Esmeralda, do Córrego Pirajuçara, da Bacia da Aclimação.

Suplico ao Sr. Presidente Milton Leite que faça uma audiência pública, seja orçamento ou não, para a Siurb, porque as dúvidas são muito grandes.

Para encerrar, eu gostaria de falar do Córrego do Ipiranga, que sofre uma obra que já dura 15 anos. O Prefeito Serra não entregou, estava no Plano Plurianual anterior, estava até 2008 na Siurb e sumiu. Será que essa obra está na subprefeitura? Essa obra não está concluída. Existe essa obra na Av. Ricardo Jafet com a Av. Prof. Abraão de Moraes, mas nunca é concluída por ninguém. Eu gostaria de saber quando será concluída e qual a sua dotação orçamentária. Aproveito para perguntar se haverá dinheiro para o conserto da Ponte dos Remédios, que caiu ontem. Quero saber qual a dotação deste ano e a do ano que, porque isso é um escândalo para essa Pasta, que tem demonstrado pouca competência ao gastar apenas 10,2% do Orçamento, além da criação de empresas como a SP Obras para não fazer as obras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Laerte.

O SR. LAERTE – Meu questionamento é o seguinte: até outubro de 2011, o

Secretário gastou 13 milhões na reforma do Autódromo do Interlagos, de um total autorizado de cerca de 34.555 milhões e de um total empenhado de 27 milhões. Há ainda uma proposta para 2012 de 18 milhões.

Uma observação: não somos contra a Fórmula Indy, que é um evento de grande envergadura nacional e internacional, constituída de grandes pilotos nacionais e internacionais, mas, do jeito como está posto no mostruário, há um patrocínio de 1,2 milhão e outro de 9 milhões.

Estamos organizando para dia 26 de fevereiro a Maratona do Mundo Sustentabilidade das Nações, um evento de 42 quilômetros, onde está prevista a participação de 100 desportistas do País e do exterior. Seu orçamento está em torno de 5.860 milhões de reais, e o retorno financeiro previsto aos cofres públicos municipais, estaduais e da União está em torno de 46 milhões. A Secretaria Municipal de Esportes não tem verba porque o seu orçamento é voltado apenas aos clubes escolas.

Dentro do universo democrático e ético que norteia o compromisso público de V.Exa., Sr. Secretário, nós aqui do plenário gostaríamos de saber em que obras de reformas foi gasto o orçamento de 2011. Gostaríamos de saber também sobre a reforma de Interlagos, onde foram investidos 18 milhões de reais, e sobre a Fórmula Indy, onde serão investidos os valores de 1,2 milhões e 9 milhões.

Era o que eu tinha a dizer. Agradeço a oportunidade da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Euclides.

O SR. EUCLIDES – Boa tarde a todos. Recentemente, o Governo do Estado de São Paulo, juntamente com a Presidente Dilma, anunciou a construção de um ferroanel, que ligará um terminal de cargas de Itaquaquecetuba à Jundiaí. Esse terminal de cargas fica a um metro de São Paulo, tanto é que sua ligação será pelo Jardim Romano. Por que será construído esse ferroanel? Porque o terminal de cargas aumentou muito sua demanda, seu volume de carga. Então, conseqüentemente, todas as carretas de nove eixos passam pelo

bairro do Jardim Romano. Infelizmente, parece que a Prefeitura não teve uma visão macro da região, porque está destruindo todo o bairro, todo o distrito. Não dá para nove eixos passarem por dentro do bairro. Já foram feitas reportagens pelo *Diário de São Paulo*, pelo *Agora*, já saíram matérias na Globo sobre isso e o que acontece com frequência é a derrubada de postes. O bairro fica num apagão. As escolas, AMAs, postos de saúde ficam 11 horas sem luz. A Prefeitura não proíbe os caminhões porque a CET diz que não existe lei para isso. Enquanto isso, a Siurbs – já estive com o Brunhera – disse que não pode executar a obra porque não tem orçamento e fica nessa pendenga toda. Enquanto isso, todo o bairro fica sem luz. É frequente, Secretário, Vereador, a quebraadeira que tem no bairro.

Peço ao Milton Leite que também bata o pé e fale que no ano que vem, em 2012, também vai ter orçamento para isso.

É só. Eu queria falar um pouco mais sobre os Córregos do Jardim Helena e do Romano e se vocês puderem depois falar um pouco sobre os córregos do Itaim e Jardim Romano que ficou um pouco vago isso nessa fala.

Um abraço. Obrigado, doutor.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Só para complementar o que ele fala, Presidente, que é importante. Esse trânsito de caminhões há 20 anos acontecia de terças e quintas. De uns dez anos para cá, há todos os dias, 24 horas por dia. A população não resiste mais. E tem um dado que pega esse material no Município de Itaquaquecetuba e vai para Guarulhos. Não contribui, não paga impostos em São Paulo. Ele estraga todo o pavimento, todo o viário de São Paulo e da nossa região e os impostos vão para Guarulhos e Itaquaquecetuba.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Lourivaldo.

O SR. LOURIVALDO DELFINO – Bom dia Vereadores, Secretários. Sou morador da região do Córrego Riacho dos Machados. Na nossa região acontecem duas situações pontuais: a primeira é a situação da enchente e a interligação da Avenida Vilanova Artiga, não

é, Sr. Elton? O que acontece ali, Sr. Elton, nós temos a interligação do Terminal Sapopemba, a Mateo Bei e a continuação da Ragueb Chohfi pela Av. Aricanduva. Qual é a burrice política nesse contexto? Além da enchente que há 40 anos lutamos contra e há dez efetivamente e no caso da Av. Vilanova Artiga que é o braço ali, é um composto com “y”, interligação que bate ali há mais de 20 anos. Percebam a burrice. Por causa de 400m 130 mil pessoas ficam paradas, sem transporte, num vale ali, vítimas de enchentes, de entulhos, mato alto. Já tive uma conversa com o senhor, Sr. Elton, nós sabemos que existe previsão da obra. Quando vai sair essa obra? Qual é o orçamento realmente necessário? Por que o Córrego Inhumas não está pronto ainda? Na sequência do córrego, qual é a previsão do Colonial que está entre o Córrego Riacho dos Machado e o Inhumas?

Pior ainda, dentro da Artigas tem o Córrego Miquelina que pela Subprefeitura de São Mateus já foi feito um orçamento, não vingou, esse dinheiro voltou para a Prefeitura e exatamente na Artigas. Está ali e os Srs. Vereadores devem conhecer. A Internet está ali, eu coloco “n” vídeos. Eu queria saber quando e por que fazem isso com a gente? Meu nome é Lourivaldo Delfino e estou nessa luta há três anos. Não preciso disso. Estou fazendo isso porque não aguentamos mais. Todo ano é prejuízo. Costumo dizer que não entrei nessa nem para ganhar nem para perder. Entrei nessa para ser feliz. Dê para nós o orçamento. Eu, Lourivaldo Delfino vou até para Brasília. Comentei até com o Secretário que vou para Brasília ver se a gente consegue a emenda também do Deputado Federal. Estamos pedindo não somente socorro, mas clemência. Ajudem a gente. Não aguentamos mais. Já começaram as chuvas e mesmo com toda essa limpeza nós tememos. Quero que não tenha enchentes. Não vou querer o mal da minha própria comunidade, mas vivemos com medo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Moacir.

O SR. MOACIR – Bom dia a todos. Sou da executiva do Fórum de Transportes da Capela do Socorro. É uma região que nos últimos tempos carece de obras de infraestrutura.

Passamos pela zona Leste e ficamos até sentidos em ver tantas obras de infraestrutura nesses 20 anos e na Capela do Socorro, depois da Teotônio Vilela praticamente não conheço nada.

Além das indicações que temos na melhoria do transporte, houve uma passeata na semana passada e fomos recebidos pelo Subprefeito da Capela do Socorro. Uma das reivindicações do Fórum é o alargamento da Belmira Marin, a duplicação dela. O que nos deixou triste é que o próprio Secretário de Obras da Subprefeitura disse que não existe projeto para alargamento dessa avenida. Queria saber se realmente existe, porque constam algumas coisas, mas não consta valor. Quando está em época de eleição vários candidatos a vereadores e prefeito dizem que vão alargar. Temos a notícia de que não existe projeto para alargamento da Av. Belmira Marin.

A questão da Ponte do Castro Alves, que é uma ligação perto do Cocaia ao Castro Alves. Parece que esse projeto está em andamento. Queria saber se existe dinheiro no orçamento para esses dois projetos importantes da Capela do Socorro. Não adianta enganarmos a população dizendo que vão alargar a Belmira Marin se não existe nem projeto e dinheiro no orçamento. Uma das reivindicações era essa lá do Fórum.

Há a questão do Jardim Lucélia também. Tem um parque linear no córrego e foi feito uma parte. A outra parte, na Vila Sol Nascente, não foi dado andamento. Queria saber se existe reivindicação dos moradores.

Reivindicamos também uma audiência pública para discutir o transporte na Capela do Socorro, principalmente da Belmira Marin. Queria um apoio da Câmara e que a Prefeitura faça essa audiência pública para discutir isso. Para terem uma ideia, a Belmira Marin as pessoas demoram duas horas de manhã para chegar ao Terminal Grajau numa extensão de três quilômetros.

Então, a gente queria uma resposta e ver se realmente existe esse projeto, porque é uma região necessitada, diferente. Não houve investimento em infraestrutura de viário depois da Teotônio Vilela. Queria uma atenção especial. Tem até o Rodoanel lá, mas ninguém pode

usá-lo. Não é que a gente tenha inveja da zona Leste, mas lá realmente estamos necessitando, principalmente na Capela do Socorro e Parelheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Moacir, a única pergunta que vou responder porque tenho ciência e estou brigando assim como toda a população da Capela é sobre a questão do Cantinho do Céu. Não é uma boa alternativa duplicar a Belmira Marin. Deixa eu dizer para você, concluir, se a duplicarmos, vamos engavetar o trânsito e empurrá-lo para o lado da Teotônio. Qual é o projeto que nós vamos lhe dar autorizado pelo Prefeito? Ele assinou isso para mim. Está sendo estudado por duas Secretarias, tanto de Siurbs quanto de Sehab, pois é uma operação integrada que é a ligação do Cantinho do Céu e do Quarto Centenário por trás. Não temos de levar o trânsito pela Belmira Marin. Há dinheiro no orçamento desse ano que passou e haverá novamente. Vou colocar dinheiro novamente para que se conclua os estudos e iniciemos a licença, os estudos ambientais para que se faça a ponte ligando o Cantinho do Céu, o Quarto Centenário e saia na ponte que leva o nome do pai de um vereador. Sabem qual é? Não vou justificar. Ficou bem claro?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Estamos com um esforço enorme para que saia, porque se duplicarmos só jogaremos o trânsito para lá. Temos de tirar o trânsito de lá, invertê-lo, passar por baixo do linhão, atravessar aqui no Cantinho do Céu e sair no Quarto Centenário. Aí seria melhor porque diminuiríamos a distância do trânsito e daríamos velocidade. Ganhamos horas com isso e não afunilamos na Teotônio. Daí o senhor pode dizer que vamos fazer, instalar no orçamento. Quanto a essa parte fique tranquilo. A Ponte do Cocaia também está no projeto que nós fizemos, estudamos, brigamos. Ela veio no programa do novo manancial que está em licitação.

Tem a palavra o Sr. Secretário para suas respostas. Essa eu respondi porque estamos acompanhando o Moacir. Respondi essa porque conheço.

O SR. SECRETÁRIO - De qualquer jeito tem também um projeto para duplicar a Belmira Marin, mas esse projeto ainda está pela metade. Vamos falar um pouquinho de pontes e viadutos. O Vereador começou com a Ponte dos Remédios. Essa ponte mantém os seus tabuleiros – ou seja, por onde passam os carros – íntegros. Houve um problema, provavelmente causado por infiltração de água em um caixão perdido, que foi gerado na última reforma, em 1997.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Permita-me, Secretário. Se V.Exa. usar termos técnicos, a população não vai entender. Na estrutura principal da ponte não há problema. Ela não está comprometida. É isso?

O SR. SECRETÁRIO – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O problema ocorreu no que eles chamam de beiral ou marquise da lateral, foi aí que houve o problema. É isso, Secretário?

O SR. SECRETÁRIO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Dessa forma, as pessoas entendem.

O SR. SECRETÁRIO – E, provavelmente, essa infiltração de água nesse caixão perdido, que foi gerado embaixo do passeio da Ponte dos Remédios, não mostrou sinais e um pedaço de aproximadamente 20 metros acabou entrando em colapso.

A intenção da Prefeitura é a seguinte: um dos viadutos já está liberado para o tráfego e o outro deve ser liberado na semana que vem, parcialmente, porque precisaremos manter um trecho da ponte interditada para poder fazer a obra de recuperação do passeio.

Quanto à manutenção, em geral, de pontes e viadutos – vou responder por temas, não por pessoas -, esse setor carecia de um planejamento mais adequado. Fizemos várias tentativas de licitação de projetos de obras de recuperação que acabaram desertas por falta de instrumentação técnica adequada, ou seja, de conhecimento do que existia naquelas obras de ático especiais. Então, foi homologada ontem uma ata de registro de preço para fazer manutenção primária de pontes e viadutos – troca de juntas, reforço estrutural – e no dia 22 de

dezembro vai ser aberta uma licitação para vistorias e inspeções em todas as obras de ático, que vai gerar um sistema de hierarquização para poder fazer a priorização das intervenções.

Acho que a Prefeitura está no caminho de criar uma metodologia adequada e permanente de manutenção de suas obras de ático.

De qualquer forma, ontem, devido a essa questão do acidente da Ponte dos Remédios, levantamos quanto essa administração já gastou em manutenções de pontes, túneis e viadutos. Em valores atualizados, chega a 120 milhões de reais, o que é bastante significativo.

O Nobre Vereador Zelão solicitou um viário ao longo do viaduto Carlito Maia. Eu vou verificar isso, pois não tenho a informação agora.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS (ZELÃO) – Um aparte, Sr. Secretário. Na verdade, todo dia aprendemos alguma coisa nesta cidade. Uma das que descobrimos é para quem pedir esse projeto. Conseguimos descobrir e fomos lá pedir o projeto e o conseguimos. Como obra é questão de Siurb queremos saber do senhor, se a própria Secretaria tiver dificuldade, a quem poderíamos pedir, e aí nós vamos pedir. Até aqui acho que é com o Secretário. É o Secretário que define: “Olhe, vou fazer por causa disso, daquilo, porque tenho dinheiro”, ou “Não vou fazer porque não está no Orçamento, vocês precisam fazer isso”.

O SR. SECRETÁRIO – Em relação à questão orçamentária, a Siurb tem uma carência orçamentária muito grande. Apesar da risada do Fábio, o Orçamento da Siurb, basicamente, está dentro de operações urbanas. Por exemplo, ao falar que é uma execução orçamentária baixa, as operações urbanas, de um orçamento original de 1,900 bilhão de reais, representam 1,300 bilhão. Portanto, o orçamento disponível da Secretaria, com mais alguns congelamentos e algumas anulações feitas, é de menos de 500 milhões de reais. Então, esse seu número não é um parâmetro adequado.

As operações urbanas, em especial a Água Espreada, não andaram porque precisou de uma revisão da lei da operação urbana Água Espreada, que aconteceu só em

julho deste ano, foi aprovada no encerramento da legislatura do primeiro semestre e, portanto, esta operação urbana deve começar a andar a partir do ano que vem. Isso explica o grosso da baixa execução orçamentária.

Com relação à canalização de córregos em geral, a Secretaria tem usado a dotação do Fundurb, para este ano estão disponibilizados 50 milhões de reais. Essa dotação tem abastecido uma série de obras de canalização em andamento. Além disso, temos na Lapa a reforma da canalização e galerias do Córrego do Curtume Tiburtino. Era um problema que estava no Judiciário e foi liberado há pouco tempo, é um convênio com a Sabesp, que também vai reforçar os investimentos nessa área.

Também, dentro da operação urbana Água Branca que já está em licitação, foram entregues as propostas de pré-qualificação, se não me engano, ontem ou anteontem, da canalização do Córrego Sumaré Água Preta, para tentar aliviar as enchentes na região do Shopping Bourbon e do Estádio do Palmeiras. Isso responde a questão de não haver dotação, quer dizer, estamos usando as dotações do Fundurb e temos algumas obras específicas já em andamento ou em licitação para a região da Lapa. Isso responde também as questões do Fábio, com relação aos córregos menores.

Córrego Verde, ainda não tem autorização do Judiciário para fazer o piscinão da Bulgária, que aliviaria as enchentes do Córrego Verde. Drenagem do Aricanduva, temos o projeto para fazer e pleitos no Governo Federal para ajudar a financiar, porque esse projeto completo da Bacia do Aricanduva custa 280 milhões de reais, portanto, não cabe no orçamento municipal se não tivermos colaboração do Governo Federal. Já estive no Ministério da Integração Regional e no Ministério das Cidades solicitando recurso.

De qualquer forma, deve entrar em licitação o conjunto completo das obras finais do Aricanduva, a partir de janeiro ou fevereiro do ano que vem, porque a Prefeitura também não pode ficar parada, vamos licitar e tentar começar com recurso próprio e ver se conseguimos a adesão do Governo Federal. Tenho a informação de que em janeiro abrirão novas inscrições

para o PAC Drenagem do Ministério das Cidades e vamos tentar habilitar.

Córrego do Cordeiro, a licitação foi completada e está em fase de licenciamento na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Pirajussara, Jardim Orly e Parque Esmeralda, estão em andamento, a Construtora Queiroz Galvão está fazendo e este ano deverão ser consumidos cerca de 37 milhões de reais nessa obra. Drenagem da Aclimação está em fase final, a questão do parque, está sendo feita pela empresa Telar.

O Córrego Ipiranga, assim como o Córrego Aricanduva, precisa de um aporte para resolver definitivamente o problema na região. É muito alto, passa pela construção do Piscinão Jaboticabal, que só em desapropriações deve consumir mais de 150 milhões de reais. É um projeto que está a cargo do Governo do Estado que licitou esse piscinão e também temos ali, na região do Ipiranga, uma série de intervenções da Sabesp, que continua fazendo coletores ao longo do córrego. Isso gera a impressão de que o córrego permanentemente está em obras, mas para uma solução definitiva de enchentes na Abraão de Moraes e Ricardo Jafet é preciso fazer o Piscinão Jaboticabal, com 900 mil metros cúbicos, e também um sistema de drenagem na região da Lagoa Aliperti, para fazer outro reservatório.

Com relação ao investimento de 34 milhões de reais em Interlagos, este ano, dentro de um plano de manutenção do Autódromo. E, para manter a Fórmula 1 na cidade de São Paulo, num acordo com os organizadores do evento, fizemos uma nova arquibancada, que não atendia adequadamente a população, e, por isso, o investimento no Autódromo de Interlagos.

Além disso, quero lembrá-los de que a Fórmula 1 traz investimentos na cidade de São Paulo, por conta do turismo, acima de 200 milhões de reais por ano, bem como a Fórmula Indi traz divisas acima de 90 milhões de reais por ano, razão pela qual a Prefeitura se esforça para manter a cidade de São Paulo como uma cidade de eventos.

O Sr. Prefeito Kassab está, hoje, em Paris, tentando buscar a candidatura da Cidade para a Expo 2020.

Quanto ao patrocínio, a Siurb não patrocina nenhum tipo de atividade.

Sobre o terminal de cargas na região do Jardim Romano, temos dois projetos. Quanto ao terminal de cargas, existe, na Secretaria do Sr. Marcos Cintra, estudos a respeito de uma eventual PPP, para uma modernização no terminal de cargas e para retirar, definitivamente, os caminhões da cidade de São Paulo. Então, seria uma integração do Rodoanel Norte com o Terminal Fernão Dias.

Quanto à questão da utilização de caminhões no viário local, posso tentar encaminhar para o Sr. Secretário Marcelo Branco, a fim de vermos se há alguma alternativa, com relação a esses caminhões e carros no Jardim Romano.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - Vamos avaliar a questão da obra, sim. Se tiver dinheiro no orçamento, para mim, não tem problema. Fazemos a licitação.

A Belmira Marinho e a Ponte na ligação do Cantinho do Céu, o Vereador Milton Leite já respondeu. Nós temos, sim, um projeto de duplicação, porém a duplicação da Belmira Marinho é extremamente complicada, pelo número de imóveis comerciais a serem desapropriados ao longo da avenida.

O SR. GILSON BARRETO – É mais um complemento, Secretário. Tem, inclusive, registro em projeto, a respeito do Córrego do Jardim Colonial, que é um caso muito grave e, ao longo dos anos, entra e sai do orçamento e não é feito. Agora, parece-me que já tem o projeto.

Também o Sítio dos Françaes, no Caguaçu, porque, quando chove lá, a água sobre dois metros. Se não o canalizarmos, teremos problemas por muitos anos.

A Nova Artigas, o Sr. Lorival perguntou; o Riacho dos Machados, porque acho que, agora, falta algo para completar o que já foi feito, não prejudicando as ligações que precisam.

O SR. SECRETÁRIO - Pode ser incluído no projeto da Bacia do Aricanduva.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Vereador Gilson Barreto – sou testemunha – vem pedir pelo Córrego do Colonial todo ano, para que eu coloque no orçamento. Eu tenho colocado os valores que ele tem me pedido, nas partes específicas. Neste ano, ele já me

pediu. É preciso mesmo.

Sr. Secretário, mais alguma questão?

O SR. SECRETÁRIO - Não. De minha parte, estou satisfeito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - Paraguaieguas está em projeto e precisará de dinheiro para fazer a licitação. Projeto, sim; obra, não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Agradeço ao Sr. Secretário e à sua equipe, que se fizeram presentes aqui.

Lembro a todos de que a íntegra desta audiência constará das Notas Taquigráficas, anexadas ao projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Tenham todos uma boa tarde.
